

***INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES***

**CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL**

**ANO LECTIVO 2009 – 2010**



**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL**

**DOCUMENTO DE TRABALHO**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS.**

**VISÃO PROSPECTIVA DAS ACTIVIDADES DAS FORÇAS  
ARMADAS NO ÂMBITO DA COMUNIDADE DE PAÍSES DE  
LÍNGUA PORTUGUESA**

***JOSÉ MANUEL CARDOSO LOURENÇO***  
***CORONEL DE INFANTARIA***



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**VISÃO PROSPECTIVA DAS ACTIVIDADES DAS FORÇAS  
ARMADAS NA COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA  
PORTUGUESA**

**Coronel de Infantaria José Manuel Cardoso Lourenço**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2009/2010

Lisboa, 2010



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**VISÃO PROSPECTIVA DAS ACTIVIDADES DAS FORÇAS  
ARMADAS NA COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA  
PORTUGUESA**

**Coronel de Infantaria José Manuel Cardoso Lourenço**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2009/2010

Orientadores: Major-General Carlos Aguiar Santos  
Coronel ENGAED José Manuel Camisa

Lisboa, 2010



## **AGRADECIMENTOS**

Para a realização deste trabalho de investigação, desde a sua concepção ao seu desenvolvimento, contei com a colaboração empenhada de vários camaradas aos quais não posso deixar de agradecer. Alguns deles apenas em conversas informais alertaram-me para pontos de vista interessantes ou aspectos que não tinha considerado, mas outros dispensaram-me horas do seu lazer e de convívio familiar, abriram-me horizontes na problemática da CPLP e deram-me valiosos conselhos. Nestes, não posso deixar de referir o Cor Inf Barreiros dos Santos pelas suas sábias considerações sobre a metodologia de investigação científica, o Major Bernardino pela referência de conhecimentos sobre a Comunidade e o TCor Filipe Vieira pela actualização de todas as actividades de Defesa que no seu âmbito se realizam.

Cumpre-me também relevar e publicamente agradecer ao Ex.mo CEMGFA, General Valença Pinto, ao Ex.mo Director-Geral da CPLP Dr. Helder Lopes, ao Director do Departamento de Cooperação Técnico-Militar da Direcção-Geral de Política e Defesa Nacional Dr. Saldanha Serra e ao Assessor Político-Diplomático da CPLP Dr. Sanches Coutinho pelas entrevistas, comentários, bibliografia e demais contributos académicos disponibilizados.

Finalmente agradeço a todos os conferencistas, professores e auditores do CPOG que, com as suas exposições, trabalhos e comentários, me foram dando elementos de informação, pistas de reflexão e fazendo descobrir lacunas, que contribuíram para o presente trabalho.



## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	ii
ÍNDICE.....	iii
RESUMO .....	vi
ABSTRACT .....	viii
PALAVRAS – CHAVE .....	x
ABREVIATURAS .....	xi
1. Introdução .....	1
a. Objectivo da investigação.....	1
b. Importância do estudo.....	2
c. Delimitação do estudo .....	2
d. Metodologia.....	2
e. Organização e conteúdo do estudo .....	4
2. Enquadramento geral da cooperação no âmbito nacional e na CPLP .....	5
a. Quadro legal e normativo .....	5
(1) Constituição da República Portuguesa.....	5
(2) O Conceito Estratégico de Defesa Nacional .....	5
(3) Missões Específicas das Forças Armadas (MIFA) .....	5
(4) “Uma Visão Estratégica para a Cooperação” .....	6
(5) Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA).....	6
(6) Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento .....	6
(7) Programa do XVIII Governo Constitucional .....	7
b. A cooperação militar na estrutura da CPLP .....	7
(1) Estatutos da CPLP .....	7
(2) Acordo Geral de Cooperação .....	8
(3) Acordo sobre Globalização da Cooperação Técnico-Militar.....	8
(4) Protocolo de cooperação da CPLP no domínio da Defesa.....	8
c. A CPLP e a sua Arquitectura de Segurança e Defesa .....	9
(1) Órgãos e seu funcionamento .....	9
(2) Actividades e sua evolução .....	11
d. Síntese Conclusiva.....	13



3. Caracterização dos actores do modelo de cooperação.....	13
a. Os organismos regionais e internacionais.....	13
(1) Organização do Tratado do Atlântico Norte .....	14
(2) União Europeia.....	14
(3) União Africana .....	15
b. Os actores externos - Estados .....	16
(1) França .....	16
(2) Reino Unido .....	17
(3) Estados Unidos da América .....	18
(4) China .....	18
c. Os estados da CPLP.....	19
(1) Angola .....	20
(2) Brasil .....	20
(3) Cabo Verde.....	21
(4) Guiné-Bissau .....	21
(5) Moçambique.....	22
(6) S. Tomé e Príncipe .....	23
(7) Timor Leste .....	23
d. Síntese Conclusiva.....	23
4. Portugal e as estratégias para a cooperação no âmbito da CPLP.....	25
a. Limitações e possibilidades no âmbito da cooperação com a CPLP.....	25
b. Tendências de evolução.....	26
(1) “Status quo” .....	26
(2) Maior empenho dos países-membros .....	27
(3) Incremento da importância do Atlântico Sul.....	28
(4) Desinteresse dos estados-membros .....	29
c. Linhas de Acção Estratégica.....	29
d. Actividades a desenvolver .....	30



(1) Exercícios da série “FELINO” .....	30
(2) Capacidade de comando e controlo.....	31
(3) Centros de excelência de formação de formadores .....	32
(4) Solidariedade entre estados-membros da CPLP em caso de desastre ou agressão .....	32
(5) Formação Técnica específica .....	33
(6) Saúde Militar .....	33
(7) Controlo e fiscalização das águas territoriais e da zona económica exclusiva	34
(8) Forças Militares da CPLP .....	34
e. Síntese Conclusiva.....	35
5. Conclusões .....	35

#### LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE I – Percurso Metodológico .....	Apd I-1
APÊNDICE II - Enquadramento Normativo – Nacional e da CPLP .....	Apd II-1
APÊNDICE III - Arquitectura de Segurança e Defesa da CPLP .....	Apd III-1
APÊNDICE IV - Agenda da componente de Segurança e Defesa da CPLP .....	Apd IV-1
APÊNDICE V - Organizações económicas dos países-membros da CPLP.....	Apd V-1
APÊNDICE VI – Indicadores de desenvolvimento .....	Apd VI-1

#### LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Evolução dos exercícios da série “FELINO” .....	Anx-1
---	-------



## RESUMO

Fruto de um longo período de gestação, nasce em Lisboa a 17 de Julho de 1996, na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Logo após a sua independência, Timor-Leste tornou-se o seu oitavo membro em 20 de Maio de 2002. Neste mesmo ano, a cooperação no âmbito da Defesa passou a fazer parte dos “Estatutos” da CPLP, embora estes assuntos viessem já a ser debatidos desde 1998 nas reuniões periódicas e regulares que os ministros da Defesa dos países-membros da Comunidade vinham realizando.

O presente trabalho tem como objectivo determinar que modelo de participação das Forças Armadas mais se adequa ao caso nacional, tendo em conta as tendências de evolução da enquadrante estratégica mundial e dos seus estados-membros, pondo uma atenção especial em torno das possíveis actividades de carácter multilateral a desenvolver.

Sabendo da importância que os países de expressão portuguesa têm para Portugal, na defesa de um espaço comum de interesses e de afirmação nas diversas organizações internacionais a que pertencemos, começámos por analisar, os documentos orientadores da política externa e de segurança do estado português, e aqueles que dentro da CPLP procuram a mesma finalidade e regulam as suas actividades. Depois de se rever a arquitectura de Segurança e Defesa da Comunidade e as actividades que foram desenvolvidas nos últimos 14 anos, caracterizaram-se os actores externos, principalmente aqueles com interesses e políticas definidas para África, bem como se sistematizaram as principais características dos países-membros. De seguida, e tendo em conta as limitações e potencialidades das Forças Armadas portuguesas no âmbito da cooperação multilateral, indicaram-se as linhas de acção que devem ser seguidas com base nas tendências prováveis de evolução da situação estratégica, para terminarmos com as possíveis actividades a desenvolver.

O desenvolvimento do trabalho permite considerar como resultados principais: Portugal nunca negou a sua ligação com o Brasil, África e Timor-Leste; independentemente dos interesses que o continente africano possa gerar devido aos seus recursos energéticos, minerais e alimentares, organizações como a ONU e União Africana vêm construindo programas que visam o desenvolvimento e a consolidação da paz no continente; e o “Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio da Defesa” irá nos próximos anos orientar a cooperação multilateral.



A investigação realizada permite tirar como conclusões mais importantes as seguintes: Portugal tem sido na CPLP o motor da cooperação no âmbito da Defesa; principalmente o Brasil, mas também Angola, poderão vir a ter um papel importante na arquitectura de Defesa do Atlântico Sul, situação onde Portugal veria reforçada a sua posição geoestratégica sendo país membro da CPLP e da NATO; é necessário colmatar as deficiências de comando e controlo e de interoperabilidade existentes entre as Forças Armadas dos países-membros; deve ser dada uma importância acrescida às actividades que possam potenciar a solidariedade entre os estados-membros em caso de desastre ou agressão.



## **ABSTRACT**

*After a long period of gestation, the Heads of States and Governments of Angola, Brazil, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, Portugal and S. Tomé and Príncipe met in a summit meeting in Lisbon on 17 July 1996 and formally established the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP). Soon after its independence, Timor-Leste became its eighth member on 20 May 2002. That same year, the cooperation in the area of defense became part of the "Statute" of the CPLP, although this issue was under discussion since 1998 in the regular and special meetings held by the defense ministers of member countries of the Community.*

*This study aims at determining which model of participation of the armed forces is most suited to the national context, taking into account the evolution of the global strategic environment and of the CPLP member states, paying special attention to the possible multilateral activities that could be achieved.*

*Taking into account the importance that the Portuguese-speaking countries represent to Portugal, either in the context of the promotion of a common area of interest or in supporting the national interests in various international organizations of which Portugal is a member, this study begins by examining the documents guiding the national foreign policy and state security and those having the same purpose and guiding the activities of CPLP. After reviewing the of Security and Defense structures of the Community and the activities which have been undertaken over the past 14 years, we studied the characteristics of other stakeholders, particularly those with specific interests in and policies for Africa, as well as analyzed the main characteristics of the member countries. Then, taking into account the capacities and limitations of the Portuguese Armed Forces, in the framework of multilateral cooperation, we indicated the course of action to be followed based on the probable development of the strategic situation, and finally we mentioned the possible activities to be achieved.*

*The major findings of this study are the following: Portugal has always recognized the importance of its relationship with Brazil, Africa and Timor-Leste; regardless of the interests generated by Africa's energy, minerals and food resources, organizations like the UN and African Union are developing programs for the development of the African countries and for consolidating peace in the continent; and the "Protocol of the CPLP Cooperation in the field of defense" will guide the multilateral cooperation in the coming years.*



*The most important conclusions of this study are the following: Portugal has been the generator of cooperation in the area of defense within the CPLP; mainly Brazil, but also Angola, might play an important role in the defense structure of the South Atlantic region, which would strengthen Portugal's geostrategic position as CPLP and NATO member country; it is important to overcome the shortcomings of command and control and to realize interoperability between the armed forces of member countries; and greater importance should be given to the activities that can enhance solidarity between member countries in case of disasters or aggression.*



## **PALAVRAS – CHAVE**

Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Cooperação multilateral

Actividades das Forças Armadas



## ABREVIATURAS

ACP	África, Caraíbas e Pacífico
AFRICOM	Department of Defense Unified Combatant Command for Africa
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AMIS	Missão da União Africana no Sudão / <i>African Union Mission in Sudan</i>
Artº	Artigo
ASEAN	Associação de Nações do sudeste Asiático
ASF	Forças Africanas de Reserva / <i>African Standby Forces</i>
CAE	Centro de Análise Estratégica
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEMGFA	Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas
CEN-SAD	Comunidade de Estados Sahelo-Sarianos
CEWS	Sistema de Alerta e Prevenção de Conflitos / <i>Continental Early Warning System</i>
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CPOG	Curso de Promoção a Oficial Superior
CPX	Exercício de Postos de Comando
CRP	Constituição da República Portuguesa
CTM	Cooperação Técnico – Militar
DGPDN	Direcção-Geral de Política e Defesa Nacional
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
EUA	Estados Unidos da América
FFAA	Forças Armadas



FMI	Fundo Monetário Internacional
G8	Grupo dos oito
GRIO	Grupo do Rio
Hip	Hipótese
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
LIVEX	Exercício Real
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIFA	Missões Específicas das Forças Armadas
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
NNP	Núcleo Nacional Permanente
NU	Nações Unidas
OAP	Operações de Apoio à Paz
ONU	Organização da Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAMPA	Programa de Apoio às Missões de Paz em África
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Programa Indicativo de Cooperação
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
SADEC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral / <i>South Africa Development Community</i>



SPAD	Secretariado Permanente de Assuntos de Defesa
UA	União Africana
UE	União Europeia
UEMOA	União Económica e Monetária da África Ocidental



*“Servir a pátria é metade do dever; servir a  
humanidade a outra metade”*

*(Victor Hugo, 1802-1885)*

## **1. Introdução**

É quase um lugar-comum dizer-se que não há segurança sem desenvolvimento e não haverá desenvolvimento sem segurança, por isso, principalmente para Portugal, que sempre manteve uma ligação histórica com África, de cujos países possui consideráveis comunidades de imigrantes e nos quais há comunidades de portugueses, a manutenção da nossa prosperidade e estabilidade passa, também, pela consolidação da paz e pelo desenvolvimento do continente africano.

A importância da ligação de Portugal com os países de expressão portuguesa está referida em praticamente todos os documentos que enformam a estrutura do estado, começando na Constituição da República Portuguesa (CRP), passando pelos Programas de Governo e chegando ao Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN). Podemos também verificar em vários organismos do Estado e das Forças Armadas (FFAA), estruturas organizacionais que se dedicam, quase em exclusividade, ao desenvolvimento dessa ligação.

O facto da reestruturação da componente de defesa dos estados poder contribuir para a consolidação da sua estabilidade política, e neste pressuposto, acreditarmos que o empenho de Portugal em geral e das suas FFAA em particular, poder vir a contribuir para esse objectivo, desde logo pela possibilidade de afirmação de Portugal na cena internacional, torna o tema em causa bastante actual e de importância acrescida.

### **a. Objectivo da investigação**

O propósito desta investigação consiste em determinar qual o modelo de participação das FFAA portuguesas no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), consubstanciado no tipo de actividades que por elas podem ser desenvolvidas, tendo em conta o cenário mais provável da afirmação da Comunidade no ambiente internacional.

Para isso, procurar-se-ão atingir os seguintes objectivos específicos:

- Descrever e analisar qual o normativo legal e conceptual em que se enquadra o emprego e participação das FFAA portuguesas no âmbito da CPLP.
- Identificar os instrumentos da CPLP que suportam a cooperação no domínio da Defesa.
- Analisar a arquitectura de Defesa e Segurança da CPLP e enquadrar as actividades que têm sido desenvolvidas pelas FFAA.



– Determinar quais os desafios que se colocam a Portugal e à CPLP, no âmbito das organizações regionais e internacionais a que os diversos países pertencem, bem como outros estados que perseguem idênticos objectivos, tendo sempre em vista as características dos estados-membros.

– Identificar o modelo de cooperação a seguir pelas FFAA, no âmbito da CPLP, que mais se adequa a Portugal, suportado numa visão prospectiva do desenvolvimento da Comunidade e das capacidades das FFAA.

#### **b. Importância do estudo**

Na Declaração Constitutiva da CPLP, os Chefes de Estado e de Governo consideraram imperativo “... reiterar o compromisso de reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento económico e social dos seus Povos ...”, não figurando, contudo neste documento, qualquer referência à vertente de Defesa. Depois do Conselho de Ministros da CPLP<sup>1</sup>, reunido em S.Tomé e Príncipe em Julho de 2001, resolver introduzir a componente da Defesa nos objectivos da organização, ela passou a estar incluída nos seus Estatutos a partir da 4ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo, que se realizou no ano seguinte.<sup>2</sup>

Tendo em conta que a área da Segurança e Defesa são elementos estruturantes num estado de direito, importava também através desta componente, alargar a cooperação entre os estados-membros para, fortalecendo laços e criando sinergias, se pudesse contribuir para o desenvolvimento de todos.

#### **c. Delimitação do estudo**

Embora tendo sempre presente “a cooperação” como uma matéria pluridisciplinar, dadas as restrições de tempo e de espaço para apresentação da investigação e ainda o número de intervenientes nessa tarefa, ir-se-á limitar o objecto de estudo à cooperação das FFAA entendida no âmbito multilateral, embora em muitos casos seja difícil separar esta da cooperação bilateral, mas à qual se não dará particular destaque.

#### **d. Metodologia**

Nesta investigação, apoiados na aplicação do método científico, seguimos o método indutivo. Apoiámo-nos na pesquisa documental e bibliográfica existente, utilizando livros, trabalhos e artigos de revistas, bem como artigos e documentação disponibilizada em diversos sítios na internet referentes ao tema. Realizaram-se, também, entrevistas a

<sup>1</sup> É um dos oito órgãos da estrutura da CPLP e é constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores dos oito estados membros.

<sup>2</sup> Declaração de Brasília, disponível em « <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=160>»



personalidades com cargos de responsabilidade e experiência na área da cooperação do Ministério da Defesa Nacional (MDN) e do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), bem como a personalidades do Secretariado da CPLP e outras com experiência na problemática em questão.

Assim foi identificada a seguinte Questão Central (QC):

***Que modelo de participação das Forças Armadas, no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, mais se adequa ao caso nacional? Qual a visão prospectiva que o suporta?***

Tendo como objecto a construção da resposta à QC identificaram-se como questões derivadas (QD) as seguintes:

QD1 – Existe um quadro legal e conceptual, que enquadre a cooperação no âmbito da CPLP?

QD2 – Como é constituída a arquitectura de Segurança e Defesa da CPLP e que actividades as FFAA nela desenvolvem?

QD3 – Quais as linhas de acção e instrumentos de intervenção, no domínio da Segurança e Defesa, das principais organizações internacionais e de outros estados, com interesses no continente africano?

QD4 – Quais as características e singularidades, no âmbito do desenvolvimento económico, dimensão das FFAA e enquadramento internacional e regional dos estados-membros da CPLP, que possibilitam o desenvolvimento da cooperação?

QD5 – Quais os cenários mais prováveis no relacionamento futuro entre os países-membros da CPLP e respectiva interacção com as organizações regionais a que pertencem?

QD6 – Que actividades podem ser desenvolvidas pelas FFAA de modo a contribuir para o reforço da cooperação no domínio da Defesa, no âmbito da CPLP?

Para a validação das QD levantaram-se as seguintes hipóteses (Hip):

Hip 1a – Em Portugal existe legislação e documentação oficial que permite às FFAA o normal desenvolvimento da cooperação no âmbito da CPLP.

Hip 1b – A CPLP tem um corpo de conceitos que enquadra a cooperação no domínio da Segurança e Defesa.

Hip 2a – Na estrutura da CPLP existe órgãos específicos para a cooperação no âmbito da Segurança e Defesa e estão articulados entre si.

Hip 2b – A principal actividade desenvolvida pelas FFAA portuguesas, no âmbito da CPLP, são os exercícios da série “FELINO”.



Hip 3 – A Organização das Nações Unidas (ONU), a União Europeia (UE), a União Africana (UA) e países como os Estados Unidos da América (EUA), o Reino Unido, a França e a China, têm linhas de acção e instrumentos no âmbito da Defesa, definidos para o continente africano.

Hip 4 – Embora exista uma disparidade considerável quanto à constituição das FFAA, desenvolvimento económico e interesses regionais dos estados-membros da CPLP, é possível encontrar interesses comuns de natureza geoestratégica, de desenvolvimento económico e social e de fortalecimento da identidade lusófona, que torna possível e útil a cooperação no domínio da Defesa.

Hip 5 – Face ao incremento da importância do continente africano para a segurança mundial, é possível perspectivar cenários de maior empenhamento, por parte dos países mais desenvolvidos, implicando um reforço das actividades de cooperação no âmbito da Defesa.

Hip 6 – As FFAA têm capacidades para desenvolverem e participarem em actividades de carácter multilateral, no âmbito da CPLP.

Utilizou-se o método científico para a validação das hipóteses de trabalho, encontrando-se o percurso metodológico seguido, no Apêndice I – Percurso Metodológico.

#### **e. Organização e conteúdo do estudo**

Após estabelecermos a QC e as QD resultantes da aproximação ao tema, definir-se-á o quadro legal e conceptual que rege a cooperação no âmbito nacional e da CPLP e enquadrar-se-á a cooperação na área da Segurança e Defesa, na estrutura e finalidades da Comunidade. De seguida procurar-se-á identificar a arquitectura de Segurança e Defesa da CPLP, no que concerne aos seus órgãos e atribuições, e no seu relacionamento formal e principais actividades. Neste ponto do trabalho, julga-se ter definido o ponto de situação da problemática que nos propusemos abordar.

Prosseguir-se-á com a caracterização do relacionamento que os principais organismos internacionais e regionais têm com o continente africano, associando nessa análise outros países com actividades de Segurança e Defesa na região e, tendo presente as características dos países-membros da CPLP, procuraremos, identificar as possibilidades de desenvolvimento da Comunidade. Por fim apresentar-se-ão as conclusões da investigação, que através da sistematização das respostas às QD, darão resposta à QC.

Como corolário da investigação e tendo por base as tendências de evolução da Comunidade que identificaremos, propomo-nos sugerir as possíveis actividades a desenvolver e o modelo de participação das FFAA mais adequado a Portugal.



## 2. Enquadramento geral da cooperação no âmbito nacional e na CPLP

Sendo a “Cooperação” um dos elementos da projecção externa do estado, ela é coordenada no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)<sup>3</sup>. Junto ao IPAD funciona a Comissão Interministerial para a Cooperação, organismo que tem um representante do MDN e cujo papel é o de reforço de coordenação de toda a política nacional de cooperação do MNE em articulação com os restantes ministérios e organizações públicas e privadas. (Ver Apêndices II e III)

### a. Quadro legal e normativo

#### (1) Constituição da República Portuguesa

Logo desde a sua aprovação pela Assembleia Constituinte, em 2 de Abril de 1976, a CRP contempla no seu Artº 7 (Relações Internacionais) a afirmação nacional à aproximação dos países que falam português<sup>4</sup>. Após as sete revisões constitucionais que decorreram até à actualidade, esse objectivo foi uma constante e desde a revisão de 1989 que se encontra individualizado, reforçando a sua importância: “*Portugal mantém laços especiais de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa*” (CRP, 2005: Artº7, Ponto 4)

#### (2) O Conceito Estratégico de Defesa Nacional

O CEDN, para além de referir no seu parágrafo 7 – “Sistema de Alianças e Organizações Internacionais”, a importância da CPLP como instrumento fundamental para a afirmação lusófona nas instituições internacionais, e para a efectivação de uma comunidade de valores e interesses económicos, culturais e de cidadania, refere ainda que, no âmbito da Defesa Nacional, a importância da CPLP deve ser acentuada para: (i) reforçar a sua dimensão de Defesa; (ii) intensificar a cooperação multilateral no âmbito da CPLP, de forma a contribuir para a valorização do conjunto dos países de língua portuguesa ao nível da ONU; (iii) intensificar as relações bilaterais entre Portugal e os estados lusófonos.

#### (3) Missões Específicas das Forças Armadas (MIFA)

As MIFA, que decorrem do desenvolvimento das orientações gerais do Conceito Estratégico Militar, atribuem às FFAA no âmbito dos compromissos internacionais de carácter militar, a missão de contribuir para operações desenvolvidas no seio das suas organizações e, em apoio à política externa do estado, participar em missões de paz e humanitárias assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte. Refere

<sup>3</sup> É o órgão de centralização, coordenação e supervisão das acções de cooperação a desenvolver nos planos nacional, comunitário e internacional.

<sup>4</sup> “Portugal reconhece o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão, nomeadamente contra o colonialismo e o imperialismo, e manterá laços especiais de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa” disponível em <[http://debates.parlamento.pt/r3/dac/constituicao/c\\_76-7.aspx](http://debates.parlamento.pt/r3/dac/constituicao/c_76-7.aspx)>



ainda a necessidade de colaborar em acções militares e técnico-militares no âmbito de acordos bilaterais e multilaterais subscritos por Portugal.

#### **(4) “Uma Visão Estratégica para a Cooperação”**

Em finais de 2005 o MNE elaborou o documento “*Uma Visão Estratégica para a Cooperação*” (MNE, 2006), no qual o governo pretendeu dar prioridade e estabelecer princípios para a cooperação e no qual o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros<sup>5</sup>, refere: “*Será, agora, possível, porque sabemos o que queremos e para onde desejamos caminhar, potenciar a nossa cooperação bilateral no espaço multilateral...*”(Idem, 5).

Neste documento de referência é, mais uma vez, afirmada a importância da CPLP, quer pela possibilidade de partilha de conhecimentos quer pela sua importância estratégica no seio da Comunidade Internacional, tornando-a desse modo uma prioridade para Portugal.

#### **(5) Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA)**

O PAMPA<sup>6</sup>, que foi apresentado em Abril de 2006 na sequência do documento anterior, reorienta o esforço da cooperação militar portuguesa para a sua vertente multilateral. É uma afirmação da experiência africana de Portugal e das suas FFAA junto de outros países europeus com idêntica tradição e tem como objectivo aproveitar a experiência portuguesa, seja na UE e Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), seja na relação bilateral com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), de modo a garantir que estes países, ou por si ou enquadrados por mandato internacional, possam vir a intervir na gestão de crises em África.

#### **(6) Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento**

Reconhecendo, no próprio preâmbulo da Resolução do Conselho de Ministros<sup>7</sup>, que “*a intervenção internacional do Estado português em situações de fragilidade nos países parceiros da cooperação tem obedecido a lógicas sectoriais muito variadas, frequentemente descoordenadas e com resultados mistos*” (ENSD, 2009) o governo aprovou o documento “Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento”, no qual reafirma inequivocamente dois vectores de esforço: (i) “*...dar continuidade à dinâmica internacional em curso, procurando identificar os mecanismos e instrumentos existentes e aqueles a criar, para que o país possa assumir uma intervenção internacional com base em políticas mais coerentes, integradas e coordenadas*”; (ii) “*As abordagens e as políticas governativas em*

<sup>5</sup> Prof. Freitas do Amaral

<sup>6</sup> Este programa está estruturado em torno de quatro grandes eixos: (i) Reforçar as capacidades institucionais dos países africanos no âmbito da Segurança e Defesa; (ii) Formação de militares dos países africanos; (iii) Apoio à participação dos PALOP nas organizações regionais e sub-regionais; (iv) Mobilização da agenda africana nas políticas e estratégias das organizações de Segurança e Defesa, em particular da OTAN e EU.

<sup>7</sup> N° 73/2009 de 16 de Julho de 2009. Disponível em:<<http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/16500/0560305608.pdf>>



*relação a estes países têm obrigatoriamente de ser pensadas numa lógica conjunta, que traduza uma coordenação eficaz...*”(Ibidem)

Neste documento são estabelecidos instrumentos de implementação da estratégia, dos quais pela sua importância para o objectivo do nosso trabalho, são de destacar: (i) Criação de um grupo de trabalho sobre Segurança e Desenvolvimento, coordenado pelo IPAD e constituído pelas direcções políticas e operacionais dos restantes ministérios envolvidos; (ii) Articular a concepção e definição dos programas de Cooperação Técnico-Militar (CTM) no âmbito dos Programas Indicativos de Cooperação (PIC)<sup>8</sup> com o IPAD; (iii) Criar equipas “*ad hoc*”, a nível interministerial, por cada país parceiro de Portugal em situação de fragilidade.

### **(7) Programa do XVIII Governo Constitucional**

No Cap. VIII - Defesa Nacional, Política Externa, Integração Europeia e Comunidades Portuguesas, o XVIII Governo Constitucional, acentua a noção de Segurança Cooperativa chamando a atenção para a necessidade da política de Defesa Nacional garantir, não só, a segurança do Estado e dos cidadãos, mas, também, a capacidade para projectar segurança no plano externo e cooperar no quadro dos sistemas de alianças em favor da segurança internacional e da paz. Assim refere explicitamente “... *Portugal reafirmará os laços de amizade e cooperação com os países de expressão portuguesa, nomeadamente no quadro da CPLP, sem esquecer a sua dimensão de Defesa*”(PGOV, 2009: 119), e nas missões das FFAA refere que “... *deverão participar em missões internacionais de apoio à política externa, designadamente, de gestão de crises, de natureza humanitária e de manutenção de paz, no quadro das organizações internacionais de que Portugal é membro, nomeadamente a ONU, UE, OTAN, a Organização de Segurança e Cooperação Europeia – OSCE e a CPLP ...*”(Idem, 120)

#### **b. A cooperação militar na estrutura da CPLP**

Embora não fazendo parte da sua “Declaração Constitutiva”, a preocupação com os assuntos de Segurança e Defesa existiu desde, praticamente, a sua constituição. Logo em 1998, por iniciativa portuguesa, realizou-se em Lisboa a 1ª reunião de ministros de Defesa de Portugal, dos PALOP e do Brasil (com o estatuto de observador).

#### **(1) Estatutos da CPLP**

*“Os estados e as organizações, mesmo as que não têm como propósito principal o domínio da cooperação nas vertentes da segurança e defesa, como foi o caso da CPLP,*

---

<sup>8</sup> O PIC é um documento que contém um quadro de referência, em regra para um triénio, que enquadra a cooperação a desenvolver entre dois países.



foram “obrigadas” a incluí-las nas suas agendas para a cooperação” (CPLP, 2008: 16). Assim, a partir da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP<sup>9</sup>, a cooperação na área da Defesa passou a estar incluída nos seus estatutos<sup>10</sup>.

## **(2) Acordo Geral de Cooperação**

Na II Conferência de Chefes de Estado e de Governo<sup>11</sup> foi aprovado o “Acordo Geral de Cooperação”, no qual os estados-membros acordavam a implementação de programas e projectos de cooperação conjuntos de interesse comum, particularmente nas áreas que sejam identificadas pelo Conselho de Ministros e venham a ser aprovadas pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo. Para serem considerados no âmbito da CPLP, os referidos “*programas e projectos de cooperação deverão contar com a adesão explícita de pelo menos dois estados-membros, para além do estado proponente*” (CPLP, 1999)

## **(3) Acordo sobre Globalização da Cooperação Técnico-Militar<sup>12</sup>**

Na reunião dos ministros da Defesa Nacional de Maio de 1999, na cidade da Praia / Cabo Verde, é reconhecido que a cooperação bilateral, que vinha sendo desenvolvida no âmbito da CTM permitia potenciar o aproveitamento, numa base multilateral, das capacidades entretanto adquiridas por cada um dos países.

Deste modo, e a partir desta data, a cooperação no domínio da Defesa passa a basear-se no conceito de globalização da CTM, no qual são definidos como pilares: (i) Preparação e treino de unidades militares para participação em Operações Humanitárias e de Apoio à Paz; (ii) Instalação local de núcleos de estabelecimentos fabris militares; (iii) Criação local de estabelecimentos de ensino militar; (iv) Ciclos de conferências e seminários sobre matérias de Segurança e Defesa; (v) Criação de um centro de análise estratégica.

## **(4) Protocolo de cooperação da CPLP no domínio da Defesa<sup>13</sup>**

Os ministros da Defesa, na sua VI Reunião<sup>14</sup>, acordaram que as diversas iniciativas de cooperação entre os estados-membros deveriam ser objecto de um protocolo geral de cooperação. Depois de trabalhado pelo Secretariado Permanente de Assuntos de Defesa

<sup>9</sup> Realizada em Brasília, em 1 de Agosto de 2002

<sup>10</sup> Artigo 3º b) São objectivos gerais da CPLP: A cooperação em todos os domínios, inclusivé os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, ... Disponível em: <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=49>>

<sup>11</sup> Realizada na cidade da Praia/Cabo Verde em 16 e 17 de Julho de 1998.

<sup>12</sup> Disponível em

<[http://antigo.mdn.gov.pt/Defesa/Estrutura/Organigrama/DGPDN/departamento\\_coop\\_tecmilitar/acordo\\_globalizacao.pdf](http://antigo.mdn.gov.pt/Defesa/Estrutura/Organigrama/DGPDN/departamento_coop_tecmilitar/acordo_globalizacao.pdf)>

<sup>13</sup> Até Março de 2010, só S.Tomé e Príncipe e o Brasil tinham ratificado o protocolo.

<sup>14</sup> Realizada em S. Tomé de 27 a 28 de Maio de 2003.



(SPAD)<sup>15</sup>, o anteprojecto foi apresentado na VI Reunião de Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA)<sup>16</sup> e devido a vários projectos de alteração, apresentados por Angola e pelo Brasil, só em Setembro de 2006<sup>17</sup> foi aprovada a sua versão final<sup>18</sup>.

Os vectores fundamentais, que neste protocolo se constituíram como mecanismos para a afirmação da segurança, foram: (i) A solidariedade entre os estados-membros em situações de desastre ou agressão; (ii) A sensibilização das comunidades nacionais quanto à importância do papel das FFAA na defesa da Nação; (iii) A troca de informação, o intercâmbio de experiências e metodologias, e a adopção de medidas de fortalecimento da confiança entre as FFAA dos estados-membros; (iv) O prosseguimento dos exercícios militares conjuntos e combinados da série “FELINO”; (v) A procura de sinergias para o reforço do controlo e fiscalização das águas territoriais e da zona económica exclusiva dos países da CPLP, com o emprego conjunto de meios aéreos e navais.

### **c. A CPLP e a sua Arquitectura de Segurança e Defesa**

Como órgão máximo da CPLP, a Conferência de Chefes de Estado e de Governo<sup>19</sup> é quem define e orienta a política geral e as estratégias da Comunidade, inclusivamente nos assuntos de Defesa. (Ver Apêndice IV)

#### **(1) Órgãos e seu funcionamento**

##### **(a) Reunião de ministros da Defesa**

A reunião de ministros da Defesa ou equiparados é o órgão a quem compete: (i) Apreciar a evolução do sector de Defesa dos estados-membros; (ii) Analisar as questões internacionais e as implicações político-militares no contexto regional para os estados-membros da CPLP; (iii) Discutir e aprovar documentos relativos à componente da Defesa da CPLP; (iv) Determinar a realização, e acompanhar o desenvolvimento dos exercícios da série “FELINO”; (v) Apreciar e aprovar as propostas constantes das Declarações Finais das reuniões de CEMGFA; (vi) Aprovar, anualmente, o “Relatório de Actividades” e o “Relatório de Contas”, bem como o “Plano de Actividades” e o orçamento do Centro de Análise Estratégica (CAE); (vii) Pronunciar-se sobre qualquer outro assunto de interesse para a CPLP e respectivos estados-membros, na área da Defesa e área Militar.

<sup>15</sup> Órgão da arquitectura de Segurança e Defesa da CPLP. Ver 2.c.(e)

<sup>16</sup> Realizada na cidade da Praia de 20 a 21 de Abril de 2004.

<sup>17</sup> Na IX Reunião de ministros da Defesa Nacional realizada na cidade da Praia em 15 de Setembro.

<sup>18</sup> O Brasil apresentou uma Declaração Interpretativa, na qual informa que o acordo não constitui uma aliança militar ou mecanismo de assistência mútua, mas se destina à cooperação em tempos de paz. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/diarios/pdf/sf/2009/05/27052009/19970.pdf>>

<sup>19</sup> Reúne-se de dois em dois anos, as suas decisões são tomadas por consenso e são vinculativas.



Reúne-se uma vez por ano, e o conjunto dos seus membros denomina-se “Fórum de Defesa da CPLP”, cujo presidente é o ministro da Defesa do país acolhedor da reunião e que exerce as suas funções até à reunião seguinte.

#### **(b) Reunião dos Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas**

A reunião de CEMGFA ou equiparados precede a de ministros da Defesa Nacional, e tem como competências, entre outras: (i) Apreciar a evolução das questões de Defesa nos estados-membros da CPLP, na vertente militar; (ii) Submeter, à reunião de ministros da Defesa, propostas relativas à componente de Defesa da CPLP, no domínio militar; (iii) Planear e determinar a execução dos exercícios da série “FELINO”; (iv) Apreciar, anualmente, o “Relatório de Actividades” e o “Relatório de Contas”, bem como o “Plano de Actividades” e o orçamento, do CAE;

#### **(c) Reunião de Directores de Política e Defesa Nacional**

Na sequência do estabelecido no “Protocolo de Cooperação da CPLP do Domínio da Defesa”, os directores de política de Defesa Nacional da CPLP, reuniram-se pela primeira vez em Dili, em Maio de 2008. Estas reuniões a acontecerem anualmente, realizar-se-ão no mesmo local e antecedendo, as reuniões de ministros da Defesa e têm o objectivo de preparar as reuniões ministeriais.

#### **(d) Reunião de Directores de Serviços de Informações Militares**

Embora previstas no “Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa”, ainda não se realizou qualquer reunião neste âmbito e não está previsto, que a curto prazo, tal venha a acontecer.

#### **(e) Secretariado Permanente de Assuntos de Defesa**

Na Declaração Final da II reunião dos ministros da Defesa dos países de língua portuguesa<sup>20</sup>, foi acordado em constituir um secretariado permanente, com sede em Lisboa, integrando representantes dos ministros e dos CEMGFA, com a missão de estudar e propor medidas concretas para a implementação das ideias de cooperação multilateral, identificadas no quadro da globalização.

O SPAD funciona na Direcção-Geral de Política e Defesa Nacional (DGPDN) e é constituído por um núcleo permanente, cuja constituição é assegurada pelo MDN de Portugal, e pelas “Reuniões Plenárias”<sup>21</sup>, nas quais, ao núcleo permanente se agregam dois ou três representantes das áreas da Defesa e Militar dos países de língua portuguesa. Reúnem-se, na sua versão mais alargada duas vezes por ano.

<sup>20</sup> Realizada na cidade da Praia em 24 e 25 de Maio de 1999.

<sup>21</sup> As reuniões ocorrem em Lisboa no MDN e em Novembro de 2009, realizou-se a XX reunião.



## **(f) Centro de Análise Estratégica**

Desde a I reunião de ministros da Defesa que foi identificada a necessidade de criação de um CAE como um dos órgãos necessários à estrutura da CPLP. O projecto preliminar da constituição do Centro foi apresentado por Moçambique na III reunião de ministros da Defesa<sup>22</sup> e os seus estatutos aprovados em 2002 na V reunião<sup>23</sup>.

O Centro é constituído por uma estrutura permanente sediada na cidade de Maputo, em Moçambique, e por “Núcleos Nacionais Permanentes” (NNP) nos restantes estados-membros e visa a pesquisa e a difusão de conhecimentos de estratégia com interesse aos objectivos da Comunidade (artigo 1º dos estatutos). O NNP português, cuja missão é, à semelhança dos outros, contribuir para o desenvolvimento de estudos e análises de projectos de investigação, está sediado no Instituto de Estudos Superiores Militares - IESM.

Os estados-membros estão a conduzir um processo de remodelação deste órgão, no sentido de o dotar de melhores capacidades e relançar a sua actividade.

### **(2) Actividades e sua evolução**

#### **(a) Exercícios da série “FELINO”**

Embora desde a I reunião de ministros da Defesa (1998) se tivesse acordado na “... promoção de um intercâmbio a nível de observadores a exercícios militares que venham a ter lugar nos territórios dos respectivos estados”(CPLP, 1998) foi na II Reunião de CEMGFA, realizada em Abril de 2000 (Lisboa), que a “...realização de exercícios militares combinados no quadro da preparação e treino de pequenas unidades, para a participação em Operações de Apoio à Paz (OAP), quer no âmbito sub-regional, quer multilateral”(CAE, 2000), fez parte da agenda.

Os dois primeiros exercícios conjunto-combinados (2000 e 2001) realizaram-se em Portugal, no âmbito das Operações Especiais, mas desde a inclusão da componente de Defesa nos estatutos da CPLP, os mesmos começaram a realizar-se numa base de rotatividade entre países e o seu âmbito foi alargado às OAP e Operações Humanitárias. Face às restrições orçamentais existentes, foi considerada a alternância no formato de Postos de Comando (CPX) e Exercício Real (LIVEX).

#### **(b) “Centros de Excelência de Formação de Formadores”**

Os “Centros de Excelência” de formação de formadores têm o “*objectivo de garantir o controlo, gestão e execução integradas do processo de formação, optimizando recursos e facilitando a harmonização de princípios, conceitos e doutrina...*”(MDN, 2006) . Este

<sup>22</sup> Teve lugar em Luanda de 22 a 23 de Maio de 2000.

<sup>23</sup> Teve lugar em Lisboa de 27 a 28 de Maio.



conceito é uma das áreas que, logo em 1999, os ministros da Defesa identificaram, como das possíveis de serem concretizadas numa perspectiva da cooperação militar globalizante. No entanto, só em 2006, após a apresentação pelo governo português do PAMPA e da aprovação, em reunião de ministros da Defesa, do “Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa”, este projecto teve um incremento assinalável, tendo sido aprovado o modelo em Maio de 2009. O “Memorando de Entendimento” e “Acordo Técnico” para a entrada em funcionamento dos Centros está previsto que sejam apresentados aos ministros da Defesa em 2010, estando o esforço a ser direccionado para a implementação de um “Centro de Excelência” na vertente de OAP a localizar em Angola. O seu financiamento será definido no âmbito da CPLP, devendo ser dada prioridade a recursos provenientes de organizações internacionais.

#### **(c) Encontros de Medicina Militar**

O II Encontro Luso-Brasileiro de Medicina Militar<sup>24</sup>, que decorreu em Lisboa em Março de 1993, contou, para além da presença de médicos militares brasileiros, com médicos militares de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo-Verde e S.Tomé e Príncipe. Estes encontros realizaram-se numa base de regularidade, sendo o “VI Encontro Luso-Brasileiro de Medicina Militar”, que foi realizado em 1999, designado de “I Encontro de Medicina Militar da CPLP”. A partir de 2003<sup>25</sup> o evento passou a designar-se por “Encontros de Medicina Militar da CPLP, “interrompendo-se” o ciclo de alternância Brasil-Portugal, passando, os mesmos, a ter periodicidade anual<sup>26</sup>.

#### **(d) Jogos Desportivos Militares**

Logo na I Reunião de Ministros da Defesa (1998) foi acordada a realização dos primeiros Jogos Desportivos Militares da CPLP que deveriam acontecer em 2000 e, em 2004 (na VII reunião) os ministros aprovaram o respectivo regulamento. O “Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa” identificou, também, os “jogos” como um dos vectores para a afirmação da componente de Defesa da CPLP. Condicionanismos, principalmente de ordem económica não permitiram, ainda, a concretização deste projecto o que mereceu particular atenção dos Directores de Política de Defesa Nacional da CPLP na sua última reunião, na qual se comprometeram a levar ao conhecimento dos respectivos ministros o interesse da sua realização. Nesta reunião, a delegação brasileira informou que

<sup>24</sup> O I Encontro Luso-Brasileiro de Medicina Militar, ocorreu em 1991, no Brasil.

<sup>25</sup> Retomou-se a numeração desde os encontros em 1999, sendo o encontro de 2003 o nono.

<sup>26</sup> A edição de 2009, foi a XIV e decorreu em Portugal.



em 2011 vai receber e organizar os Jogos Mundiais Militares, manifestando disponibilidade para avaliar a possibilidades de também realizar os jogos da CPLP.

#### **d. Síntese Conclusiva**

Portugal nunca negou a sua ligação a África e a Timor, e esse sentimento de profunda amizade sempre prevaleceu para lá das ligações coloniais. O estado português, logo desde o início da Terceira República, soube expressá-lo de forma categórica no seu documento enformador – a Constituição da República, permanecendo como uma constante em todas as revisões constitucionais. Por outro lado, constatou-se que os principais documentos definidores da política externa e de segurança do estado português, elegem o relacionamento preferencial e a importância que os países de expressão portuguesa têm para Portugal, seja na defesa de um espaço comum de interesses, seja como espaço de afirmação nacional nas diversas organizações internacionais a que pertencemos.

A criação da CPLP em 17 de Julho de 1996, trouxe uma nova realidade que houve que incluir na nossa legislação. O aparecimento de documentos estruturantes como “Uma Visão Estratégica para a Cooperação” em 2005, o PAMPA em 2006 e a “Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento” em 2009, trouxeram um edifício normativo mais coerente e que aponta claramente para a importância da lusofonia nos objectivos do relacionamento externo português.

A “Declaração Constitutiva” da CPLP só veio a incluir os assuntos de Defesa em 2002, mas já desde 1998 que os ministros da Defesa dos países da Comunidade se vinham a encontrar regularmente, discutindo e impulsionando esses temas. A importância desta área, teve a sua concretização formal dentro da CPLP em 2006, com a assinatura do “Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa” permitindo desse modo outro nível de ambição.

Os avanços obtidos na cooperação multilateral, dos quais se podem realçar o SPAD, o CAE e os exercícios da série “FELINO”, *“representam hoje um importante vector de entendimento e da cooperação entre os oito estados-membros, fortalecendo e enriquecendo a organização e capacitando-a para outras estratégias e intervenções no contexto mundial”* (CPLP, 2008: 26).

### **3. Caracterização dos actores do modelo de cooperação**

#### **a. Os organismos regionais e internacionais**



As organizações internacionais, sejam de carácter global ou regional e independentemente do seu objectivo contribuem para o fortalecimento da paz, na medida em que fomentam e fortalecem relações entre pessoas ou estados, aproximando culturas e povos, diminuindo a probabilidade de conflitos. O próprio Conselho de Segurança das Nações Unidas destaca a contribuição cada vez mais importante das organizações regionais e sub-regionais, no que respeita à manutenção da paz e segurança internacionais devido à sua capacidade de compreender as causas profundas de muitos conflitos e portanto poderem contribuir para os prevenir ou solucionar. (ONU, 2007)

Porque os problemas que são hoje colocados à comunidade internacional têm carácter global, os estados e as várias organizações regionais podem complementar-se e contribuir para a resolução dos conflitos que vão surgindo, principalmente desde que “... *as medidas adoptadas, no quadro do combate às ameaças ... se fazem agora na sua origem, pois revelou-se como estratégica e economicamente mais eficaz.*” (Bernardino, 2007: 55)

Tendo em conta que nos interessa, principalmente, os contributos que se desenvolvem em África, ou que a ela se destinam, vejamos de modo sucinto os principais instrumentos e linhas de acção no domínio da Segurança e Defesa das mais importantes organizações internacionais e países com interesses na região.

### **(1) Organização do Tratado do Atlântico Norte**

A OTAN, estabelece de modo bastante claro no seu Conceito Estratégico<sup>27</sup> a cooperação com outras organizações, no sentido de prevenir situações de conflito ou no caso do aparecimento de uma crise, contribuir para a sua gestão eficaz, de acordo com a lei internacional. Principalmente depois da proliferação do terrorismo internacional, a OTAN apercebendo-se que algumas das ameaças ao espaço da Aliança se podiam desenvolver no continente africano, alargou a sua segurança para Sul.

A primeira missão da OTAN no continente africano, ocorreu a pedido da UA para assistência à AMIS (*African Union Mission in Sudan*) e a partir daí, aceitou apoiar outras missões e objectivos da UA<sup>28</sup>, não descurando o necessário aconselhamento técnico.

### **(2) União Europeia**

A Europa e África encontram-se ligadas por relações económicas, culturais e humanas, e por laços históricos e geográficos que justificavam em pleno uma parceria

<sup>27</sup> O conceito estratégico da OTAN em vigor data de 1999.

<sup>28</sup> A partir de Agosto de 2007 deu apoio à AMISOM (*African Union Mission in Somália*) e continuou esse apoio quando, a partir de 01 de Janeiro de 2008, passou a designar-se UNAMID (*UN-AU hybrid mission in Darfur*) e a ser uma missão conjunta UN-UA



estratégica, o que veio a acontecer em documento formal<sup>29</sup>, na Cimeira de Lisboa, em finais de 2007.

A importância desta estratégia advém das diferenças significativas relativamente a outras iniciativas do passado, o que face às mudanças geopolíticas e globalização verificadas, parecem garantir-lhe possibilidades de sucesso: (i) É uma estratégia acordada com África; (ii) A UE propõe-se a tratar a África como um todo; (iii) Centra-se em parcerias temáticas, que se estendem para além da ajuda ao desenvolvimento; (iv) Contém planos de acção específicos, mensuráveis e com prazos; (v) Envolve um vasto leque de actores africanos e europeus na sua gestão e implementação; (vi) Permite que as entidades políticas dos dois continentes adoptem posições comuns relativamente a certas questões globais; (vii) Atribui um papel central à UA.

Uma das iniciativas da Parceria Estratégica “Paz e Segurança”<sup>30</sup> conduzida pela EU é o programa Euro RECAMP<sup>31</sup>, que está a ser implementado por uma equipa internacional<sup>32</sup> em que a França é a nação-líder. Este programa visa conduzir actividades civis e militares para treinar líderes africanos a estabelecer um processo de tomada de decisão para a gestão de crises a nível continental. Este treino é apoiado por uma rede de centros de treino africanos por todo o continente e por centros de treino dos estados-membros europeus que disponibilizam vagas para militares e civis africanos.

### (3) União Africana

A UA<sup>33</sup> é a primeira e principal organização para a promoção da integração socioeconómica do continente africano, que procura a unidade e solidariedade entre os seus países e respectivos povos. Como organização continental está preocupada na promoção da paz, segurança e estabilidade como pré-requisito indispensável para o seu desenvolvimento e estabeleceu até ao ano de 2025 “*construir uma África integrada, próspera e em paz, liderada e dirigida pelos africanos e constituindo-se como uma força dinâmica na arena mundial*” (CUA, 2009;15).

Logo no acto constitutivo da UA, ficou muito clara a importância da paz e segurança, na medida em que os governos acordaram “*no direito da União de intervir em*

<sup>29</sup> Estratégia Conjunta UE-África e o respectivo Plano de Acção. Disponível em <[http://www.africa-eu-partnership.org/pdf/eas2007\\_joint\\_strategy\\_en.pdf](http://www.africa-eu-partnership.org/pdf/eas2007_joint_strategy_en.pdf)>

<sup>30</sup> Foram estabelecidas oito parcerias estratégicas, cada uma com acções prioritárias a serem desenvolvidas até 2010. Disponível em <[http://www.africa-eu-partnership.org/pdf/eas2007\\_joint\\_strategy\\_en.pdf](http://www.africa-eu-partnership.org/pdf/eas2007_joint_strategy_en.pdf)>

<sup>31</sup> É a adopção pela UE do programa francês RECAMP (*Renforcement de les Capacités Africaines pour le Maintient de la Paix*). Foi baptizado pela UA como Amani-África

<sup>32</sup> A equipa compreende representantes do Reino Unido, da Bélgica, da Itália e da França. Disponível em <[http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/090211-Factsheet\\_EURORECAMP-version2\\_EN.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/090211-Factsheet_EURORECAMP-version2_EN.pdf)>

<sup>33</sup> Esta organização sucedeu, em 2002, à Organização de Unidade Africana (OUA).



um estado-membro, desde que decidido pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em resposta a circunstâncias graves como crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade” (UA, 2000: Artº 4) bem como “o direito de estados-membros solicitarem a intervenção da União para restaurar a paz e a segurança”(ibidem).

Porque a própria UA estabelece como actores para alcançar os objectivos propostos, para além da própria UA e seus estados-membros (onde estão incluídos os PALOP), a UE e outros actores internacionais, nos quais podemos também incluir a CPLP, interessa que prestemos atenção a dois dos mecanismos criados pela UA: o Sistema de Alerta e Prevenção de Conflitos (CEWS) e as Forças Africanas de Reserva (ASF).

O CEWS consiste fundamentalmente num centro de observação e monitorização (Situation Room) que é responsável pela pesquisa e análise de informação, com a finalidade de, o mais cedo possível, detectar situações passíveis de gerar situações de crise e determinar quais as entidades dos organismos regionais, que devem reunir e processar a informação<sup>34</sup>.

As ASF devem ser uma força de reserva multidisciplinar constituída por componentes militares e civis, que devem estar estacionadas nos seus países de origem e preparadas para, com um pré-aviso adequado, poderem ser empregues pela UA. Para o seu emprego a Comissão é assessorada por um Comité Militar<sup>35</sup> que a apoia e aconselha.

No que concerne à constituição das ASF e de modo a dar coerência a todo o processo a UA procurou, desde o início, envolver as comunidades económicas regionais estabelecendo o limite máximo daquelas forças numa Brigada por cada uma das cinco regiões<sup>36</sup> definidas.

## **b. Os actores externos - Estados**

### **(1) França**

Na última década do século passado, a França começa a perder influência em África, devido principalmente ao fim da Guerra Fria que questionou a “*subempreitada geopolítica*” (Smith apud Pinheiro, 2006: 144) contratualizada até então com os EUA, agravada pelas crises do Ruanda e do Zaire, “*que contribuíram decisivamente para pôr em causa a continuidade da política francesa em África segundo o modelo tradicional*” (Pinheiro,

<sup>34</sup> A Comissão pretende que venham, também, a colaborar para esta finalidade, outros organismos como as NU ou outras organizações internacionais relevantes, centros de pesquisa, entidades académicas, etc.

<sup>35</sup> O *Military Staff Committee* é composto por oficiais de elevada patente (*Senior Military Officers*) dos países membros do *Peace and Security Council* (PSC), mas pode também reunir-se ao nível de CEMGFA's.

<sup>36</sup> Regiões: Norte, Oeste, Central, Sul e Este, cada uma liderada respectivamente pelas seguintes organizações económicas: UMA, ECOWAS, ECCAS, SADEC e IGAD.



2006: 144). Seguiu-se uma remodelação da política francesa que entretanto reduziu a sua presença militar no continente<sup>37</sup>.

Com a finalidade de evitar o emprego de forças francesas em África é iniciado o programa RECAMP<sup>38</sup>, que visava desenvolver as capacidades africanas em conduzir OAP e missões de Ajuda Humanitária no continente. Um dos sucessos deste programa são as denominadas ENVR<sup>39</sup> (Escolas Nacionais de Vocação Regional), as quais “*mediante a inclusão de vagas nos cursos ministrados para militares de outros países da sub-região, geram fortíssimas forças centrípetas que alimentam dinâmicas de integração regional*” (idem, 150).

Actualmente, e de acordo com o discurso produzido pelo presidente francês *Nicolas Sarkozy* no parlamento sul-africano logo a seguir à cimeira de Lisboa, parece poder deduzir-se um maior comprometimento da França na segurança cooperativa relativa a África<sup>40</sup>.

## (2) Reino Unido

Em 2004, três departamentos do governo britânico elaboraram um documento conjunto<sup>41</sup> que traduz a sua política para África. Nele, os três ministros (*Secretary of State*) afirmam que o desenvolvimento não é possível sem paz e segurança e que a instabilidade em África tem implicações globais devido à existência de zonas sem lei (*zones of lawlessness*) favoráveis a organizações criminosas e terroristas. Assumem assim, que a prevenção de conflitos e a construção da paz em África é uma prioridade para o governo britânico, afirmando a sua intenção de dar uma particular atenção ao desenvolvimento da capacidade africana de gestão de conflitos. A estratégia delineada é revista anualmente e encontra-se alinhada com outras iniciativas multinacionais como sejam as da UE ou do G8.

No âmbito da Segurança e Defesa, o Reino Unido define a sua estratégia segundo três objectivos: (i) Apoiar o desenvolvimento das capacidades africanas na gestão de conflitos; (ii) Participar na prevenção de conflitos e apoiar a reconstrução pós-conflito; (iii)

<sup>37</sup> Pinheiro refere que em 1997 foi anunciada uma redução de 40% dos seus efectivos, mas esclarece que essa redução teve como causa principal a necessidade de suporte financeiro para o processo de profissionalização.

<sup>38</sup> Este programa foi adoptado pela EU e UA e tem o apoio da Alemanha, dos EUA, do Reino Unido, do Canadá, da Espanha, da Itália, da Suíça e de Portugal.

<sup>39</sup> Localizadas em 8 países da zona de influência francófona.

<sup>40</sup> Extractos do discurso: “O antigo modelo de relações entre a França e a África não é mais compreendido pelas novas gerações de africanos, como também, aliás, pela opinião pública francesa”, “A França não tem a vocação de manter indefinidamente FFAA em África e a África deve assumir seus problemas de segurança”. Disponível em <[www.ambafrance-pt.org/IMG/NSParISA\\_1\\_.doc](http://www.ambafrance-pt.org/IMG/NSParISA_1_.doc)>

<sup>41</sup> *The Africa Conflict Prevention Pool (An Information Document). A Joint UK Government Approach to Preventing and Reducing Conflict in Sub-Saharan Africa.* Disponível em <<http://www.operations.mod.uk/africa/ACPPInfDoc.pdf>>



Apoiar os esforços da reforma do sector da segurança, controle de armas ligeiras e abordagem às causas económicas e financeiras dos conflitos.

### **(3) Estados Unidos da América**

A Estratégia de Segurança Nacional americana, datada de 2006, dá ênfase à cooperação internacional e sustenta que “*para proteger a nossa Nação e respeitar os nossos valores, os Estados Unidos procuram estender a liberdade através do globo conduzindo um esforço internacional de terminar a tirania e promover a democracia*” (USA,2006: 3). Sobre África, explicita que “*...mantém uma importância geoestratégica crescente e é uma alta prioridade .... É um lugar de promessa e oportunidades, ligado aos Estados Unidos por história, cultura, comércio, e importância estratégica. A nossa meta é um continente africano que conheça a liberdade, a paz, a estabilidade, e a prosperidade crescente. A nossa estratégia é promover o desenvolvimento económico e sustentado e a democracia de modo a que os estados africanos possam tomar conta dos seus destinos*” (idem, 47).

A criação dum Comando Regional que passou a incluir todos os países do continente, o AFRICOM<sup>42</sup>, cujas actividades militares estavam anteriormente distribuídas por três comandos diferentes, é um sinal claro da importância que África tem para os EUA.

Em 2004 foi lançado o programa denominado “*Global Peace Operations Initiative*”<sup>43</sup> com o objectivo de, até 2010, treinar e se apropriado, equipar, pelo menos 75.000 militares e civis no âmbito das OAP. Também é reconhecido, que maioritariamente, essa ajuda se destinava a África e que a estratégia a adoptar para este programa seria formar formadores e que seriam os africanos a formarem e a constituírem as suas próprias unidades.

### **(4) China**

Já durante a guerra fria, a China tinha estabelecido relações com alguns países africanos, incluindo o treino militar aos “movimentos de libertação nacional”, mas em meados dos anos 90 do século passado “*a política externa e de segurança da República Popular da China começou uma metamorfose significativa*” (Gill, 2009: 1), principalmente como consequência do seu enorme crescimento económico e do aumento da procura por matérias-primas. Uma dessas manifestações foi o seu interesse por África, com a qual a

---

<sup>42</sup> *Department of Defence Unified Combatant Command for Africa – AFRICOM*. Foi criado em Fevereiro de 2007 na dependência do EUCOM (*European Command*) e tornou-se uma entidade com autonomia própria em 01 de Outubro de 2008. É responsável pelas actividades militares e pelos programas com origem no orçamento do Departamento de Estado (actividades civis)

<sup>43</sup> Este programa foi apresentado na Cimeira do G8 em 2004. Informação disponível em <<http://www.state.gov/t/pm/ppa/gpoi/c20337.htm>>



cooperação assume duas modalidades: uma multilateral, que abrange o conjunto dos países envolvidos nos Fóruns para a Cooperação Sino-Africana<sup>44</sup>, e outra bilateral, relativa às ligações que a China desenvolve com cada um desses países. Por outro lado, desde finais de 2003, a China reconheceu o papel de plataforma que Macau poderia desempenhar no aprofundamento dos seus laços económicos com os países de língua portuguesa, tendo criado para o efeito, o “Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” com sede naquela região administrativa especial de tão fortes relações com a lusofonia.

Em 2006 a China tornou pública a sua política para África<sup>45</sup>, na qual inclui a parte correspondente à Paz e Segurança e onde afirma os princípios da cooperação militar, com relevo específico para o intercâmbio militar, a troca de tecnologia, a cooperação ao mais alto nível e a sua vontade em continuar a formação dos militares africanos e a apoiar o desenvolvimento dos exércitos dos seus países. Afirma ainda o seu empenho na resolução de conflitos e participação nas OAP, na cooperação policial e judicial e o interesse nas ameaças à segurança como o terrorismo, tráfico de armas e de drogas e combate ao crime organizado.

Um dos aspectos mais significativos da expansão da China, no âmbito da Segurança e Defesa, é a sua participação em missões de paz das Nações Unidas (NU) e principalmente em África, “*onde estão aplicadas cerca de 3/4 das suas forças nessas missões*” (Gill, 2009: vii). Em Dezembro de 2009 a China era o 15º país<sup>46</sup> com maior participação de forças nas NU, contribuindo com mais tropas, polícias e observadores militares que qualquer um dos países do Conselho de Segurança, embora participe apenas com “*cerca de 3% do orçamento global para as operações de manutenção da paz das NU e a sua participação com tropas combatentes seja escassa*” (Gill, 2009: 35).

### c. Os estados da CPLP

Talvez uma das características mais marcantes e porventura uma das maiores debilidades da CPLP sejam os diferentes estádios de desenvolvimento dos seus estados-membros. Cada um dos países tem preocupações bem diversas, e embora o reconhecimento da importância da Comunidade esteja presente na assiduidade da presença de todos os países nas diversas estruturas e iniciativas da CPLP, a verdade é que, face à enormidade de

<sup>44</sup> As cimeiras sino-africanas (*Forum on China-Africa Cooperation*) tiveram início em 2000 em Pequim, realizam-se de três em três anos e a última realizou-se no Egipto em Novembro de 2009.

<sup>45</sup> Disponível em <<http://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/zfgx/dfzc/>>

<sup>46</sup> Consultar “*Ranking of Military and Police Contributions to UN Operations*”, disponível em <[http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2009/dec09\\_2.pdf](http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2009/dec09_2.pdf)>



desafios que os governos têm de enfrentar, os orçamentos dedicados a actividades de Segurança e Defesa são escassos. Faremos uma breve caracterização dos estados-membros da CPLP (excepto Portugal), principalmente quanto ao seu desenvolvimento económico, FFAA e principais organismos internacionais em que estão inseridos (Ver Apêndice V e VI)

### **(1) Angola**

Angola, apresentando um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio – 143<sup>a</sup> posição em 182 países (PNUD, 2009: 173), está a transformar-se numa potência regional, para o qual tem contribuído de forma muito significativa, o aumento do custo do crude<sup>47</sup> e o aumento da sua produção<sup>48</sup>.

Embora no “*ranking*” dos estados falhados, se encontre no lugar nº 55 - num total de 177 países (FP, 2009) e seja considerado em perigo, Angola tem vindo a recuperar economicamente e a conduzir programas de apoio à reconstrução do país, com o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de linhas de crédito consideráveis do Brasil, Portugal, Espanha e Alemanha (CIA, 2008).

As FFAA angolanas são constituídas pelo Exército com cerca de 110.000 militares, a Marinha com 3.000 e a Força Aérea com cerca de 7.000 efectivos, decorrendo desde há alguns anos uma reforma apoiada na cooperação técnica de alguns países, entre os quais Portugal. Os seus gastos com a defesa são estimados em 5,7% do Produto Interno Bruto (PIB) (*idem*).

Angola pertence a duas das organizações económicas do continente: à Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e à Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADEC) desempenhando um papel charneira entre as duas regiões, o que associado ao facto de poder vir a ter um papel importante no controle das rotas marítimas do Atlântico Sul, valoriza consideravelmente a sua posição geoestratégica no continente. É país membro da UA e do Grupo ACP (África, Caraíbas e Pacífico).

### **(2) Brasil**

O Brasil é um país com um IDH elevado e um grande potencial de desenvolvimento<sup>49</sup> sendo considerado um dos países “emergentes”, com recursos naturais consideráveis nomeadamente, reservas petrolíferas, e que aposta ser uma das potências regionais sul-americanas.

<sup>47</sup> 85% do seu PIB advém da actividade petrolífera. Ver <[http://www.nationmaster.com/red/country/ao-angola/eco-economy&b\\_cite=1](http://www.nationmaster.com/red/country/ao-angola/eco-economy&b_cite=1)>

<sup>48</sup> É membro da OPEP desde 2007. De 2004 a 2007 teve um aumento de 15% ao ano na exploração de petróleo. Ver em <[http://www.nationmaster.com/red/country/ao-angola/eco-economy&b\\_cite=1](http://www.nationmaster.com/red/country/ao-angola/eco-economy&b_cite=1)>

<sup>49</sup> Ocupa a posição 75 num total de 182 países (UNDP, 2009)



As suas FFAA são constituídas pelo Exército com cerca de 195.000 efectivos, a Força Aérea com 50.000 e a Marinha com 43.000 militares e os seus gastos com a defesa são 2,6% do PIB (CIA, 2008).

O Brasil está inserido nas seguintes organizações regionais: Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Grupo do Rio (GRIO), Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e Organização dos Estados Americanos (OEA).

### **(3) Cabo Verde**

Cabo Verde é um arquipélago constituído por dez ilhas e tem um IDH médio<sup>50</sup>. A inexistência de recursos naturais e a falta de água, acentuada, normalmente, por longos períodos de seca, são os problemas mais graves que este país tem de enfrentar. Importa mais de 80% dos bens elementares e a sua maior potencialidade são os recursos marinhos, onde a pesca ocupa lugar de destaque.

As suas FFAA, com cerca de 1.000 efectivos, são constituídas pelo Exército e Guarda Costeira (que inclui uma componente aérea) e os seus gastos com a defesa estimam-se em 0,7% do PIB (CIA, 2008).

Para além de ser membro da UA e do Grupo ACP, faz parte da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Embora neste país esteja localizada a sede do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, é também, e desde 1996, um estado francófono. Em finais de 2007 concretizou uma pareceria especial com a UE, com realce para os interesses comuns em matéria de segurança e desenvolvimento, nomeadamente nos domínios da luta contra o crime organizado transnacional, da gestão eficaz dos fluxos migratórios e da segurança marítima.

A sua importância geoestratégica, é uma das suas mais-valias, tendo inclusive, sido realçada nos últimos anos, não só pela realização neste país de exercícios OTAN<sup>51</sup>, mas também pela inclusão no périplo que a secretária de estado norte-americana<sup>52</sup> fez a África, em Agosto de 2009.

### **(4) Guiné-Bissau**

País principalmente dependente da agricultura e das pescas, a Guiné-Bissau é um dos dez países mais pobres do mundo<sup>53</sup>, que viu a sua situação agravar-se quando em 1998, a luta entre tropas do governo (apoiadas pelo Senegal) e uma Junta Militar, destruiu a maior

<sup>50</sup> Ocupa a posição 121 num total de 182 países (UNDP, 2009)

<sup>51</sup> Exercício “*Steadfast Jaguar 2006*” de 21 a 28 de Junho

<sup>52</sup> *Hillary Clinton* na sua visita de dois dias não poupou elogios a Cabo Verde “*poucos países ilustram o potencial da África, melhor do que Cabo Verde...O Presidente Obama e eu dizemos: sim, é possível a boa governação em África. Olhem para Cabo Verde*”. Disponível em <<http://www.governo.cv/>>

<sup>53</sup> IDH baixo - posição 173 entre 182 países. (PNUD, 2009)



parte das infra-estruturas do país e causou danos consideráveis à economia. Está a sair de outra crise, resultante do assassinato do seu Presidente da República, razão pela qual não é de estranhar que seja considerado como um país em perigo no “*ranking*” de estados falhados.

As FFAA guineenses têm cerca de 7.000 efectivos e são constituídas pelo Exército, Marinha, Força Aérea e Forças Paramilitares (CIA, 2008) e os seus gastos com defesa são 3.1% do PIB (*idem*). Desde Abril de 1999 que as NU<sup>54</sup> mantêm neste país uma missão para apoio à reforma do sector de segurança e, desde Junho de 2008, uma missão da UE<sup>55</sup> está neste país com a mesma finalidade.

A Guiné-Bissau é membro da UA, do Grupo ACP e CEDEAO. Em 1997, aderiu à União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)<sup>56</sup>, em 2004, à Comunidade de Estados Sahelo-Sarianos (CEN-SAD) e em 1986 à Organização Internacional da Francofonia. Desde 1995 que tem o apoio do FMI para reestruturar a sua economia, e grande parte do seu orçamento anual tem sido suportado pelo Banco Mundial, FMI e PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (*Idem*).

#### (5) Moçambique

No seu relatório de 2009 as NU consideram Moçambique como um país de IDH baixo, sendo considerado um dos dez países mais pobres do mundo,<sup>57</sup> embora depois de terminada a guerra civil em 1992 e das primeiras eleições democráticas em 1994, se tenham vindo a fomentar importantes reformas e a assistir a um significativo desenvolvimento, com o apoio do FMI e de dadores internacionais.

As FFAA são constituídas pelo Exército, Marinha e Força Aérea e tem cerca de 6.000 militares e os seus gastos com a defesa são 0.8% do PIB (CIA, 2008). Dentro dos PALOP, o Fundo para a Paz considera as FFAA de Moçambique, como as únicas que “estão sob a dependência das autoridades civis e são bem lideradas” (FP, 2009)

Para além de ser estado-membro da UA e pertencer ao Grupo ACP faz também parte da SADEC e desde 1995, é membro da Commonwealth.

<sup>54</sup> UNOGBIS foi criada pela Resolução 1233 do Conselho de Segurança das NU de 6 de Abril de 1999 (disponível na Internet em <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/{65BF999B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9}/GB%20SRes1233.pdf>>. Actualmente tem a designação de UNIOGBIS (*United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau*).

<sup>55</sup> A missão é constituída por 19 oficiais, dos quais fazem parte dois portugueses (um do Exército e outro da Marinha) e é chefiada por um General espanhol. <<http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/missoes/eu-ssr-guine-bissau>> e <<http://www.globalsecurity.org/military/library/news/2008/08/mil-080828-irin02.htm>>

<sup>56</sup> É uma organização de integração regional criada em 1994 e constituída por mais sete países da África Ocidental que têm em comum uma moeda única, o Franco CFA. CFA significa “Colónias francesas em África. Ver <<http://www.uemoa.int/index.htm>>

<sup>57</sup> Posição nº 172 entre 182 países (PNUD, 2009)



## **(6) S. Tomé e Príncipe**

Apenas com 212.000 habitantes é considerado um país de desenvolvimento humano médio<sup>58</sup> dependendo fundamentalmente do auxílio externo. A descoberta recente de petróleo no Golfo da Guiné promete atrair a atenção internacional a esta pequena nação.

As FFAA, com cerca de 900 efectivos, são constituídas pelo Exército, Guarda Costeira e Guarda Presidencial, cujos problemas internos foram os causadores dos dois golpes de estado falhados de 1995 e 2003 (CIA, 2008). A sua despesa com a defesa é de 0.8% do PIB (idem).

S. Tomé e Príncipe faz parte da UA, Grupo ACP e comunidade francófona, e é membro da CEEAC e da CEN-SAD.

## **(7) Timor Leste**

Adquiriu a independência em Maio de 2002, e devido à destruição, pelos militares indonésios e milícias anti-independência logo a seguir ao referendo de 1999, de quase todas as suas infra-estruturas, apresenta um IDH baixo<sup>59</sup>. Está considerado pela revista “*Foreign Police*” e pelo “Fundo para a Paz” como um país em situação crítica no “*ranking*” de estados falhados.

As FFAA são constituídas pelo Exército e Marinha e são apoiadas por mais de 1.000 efectivos da UNMIT (*UN Integrated Mission in Timor*).

Timor-Leste é membro do Grupo ACP e desde 2002 é um “país observador” da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático), esperando satisfazer, a curto prazo, os critérios para aderir como país de pleno direito.

### **d. Síntese Conclusiva**

A percepção de que a manutenção da prosperidade e da estabilidade que hoje se vive no Ocidente passa também pela consolidação da paz e pelo desenvolvimento do continente africano, é sentida pelas principais organizações internacionais, sejam elas de carácter global como a ONU, ou regional como a OTAN, UE e UA. Deste modo, a OTAN, principalmente depois do “11 de Setembro de 2001”, alargou a sua área de preocupação para Sul das suas fronteiras de modo a incluir África, facto bem vincado não só pela condução em 2006 dos primeiros exercícios da organização em Cabo Verde como pela sua participação, de facto, na missão da UA no Sudão em 2007.

<sup>58</sup> Posição nº 131 em 182 países (Idem)

<sup>59</sup> Posição nº 162 entre 182 países (Idem)



A UE, no passado com políticas avulsas sobre o continente, parece ter encontrado alguma coerência na sua intervenção em África a partir da Cimeira de Lisboa (2007), na qual foi estabelecida uma cooperação considerando o continente como entidade una e autónoma, atribuindo a África e aos africanos as iniciativas para resolução dos seus conflitos, no qual pode vir a ter lugar de destaque o programa Euro RECAMP.

A UA, que tenta concretizar para África uma arquitectura de Paz e Segurança, procura com a ajuda da ONU e da comunidade internacional, desenvolver as capacidades dos quadros africanos, de modo a que com o estabelecimento de um sistema de alerta e prevenção de conflitos e a constituição de uma força de reserva, poder vir a conduzir operações de prevenção e gestão de conflitos no continente.

Outros actores, como os EUA, França, Reino Unido e China, têm fortes ligações a África, para onde têm e desenvolvem políticas próprias. A criação pelos EUA do AFRICOM é um sinal claro da aposta deste país em “olhar” para África, o que aliado a outros programas lhe permite canalizar para o continente avultados recursos. Por outro lado, a França e o Reino Unido, países com largas tradições coloniais em África, embora tenham e continuem a desenvolver programas de cooperação próprios, parecem também preocupados em fortalecer a política europeia para este espaço geográfico, nomeadamente na adopção do conceito da resolução dos conflitos no continente pelos africanos. A China tem baseado a sua cooperação com o continente africano no reforço da sua influência económica tendo em vista a sua crescente necessidade de matérias-primas e de mercados. O seu empenho nas missões de paz das NU é já muito significativo e, se bem que, tem participado maioritariamente com forças de engenharia, transporte, saúde, observadores militares e polícias, está a colocar as suas forças em ambientes cada vez mais desafiadores, prevendo-se a prazo outro nível de participação.

O facto de parte significativa dos países da CPLP, terem grandes desafios internos para o seu desenvolvimento, apresentarem consideráveis debilidades económicas, instabilidade social e grande heterogeneidade das suas FFAA, transforma o desenvolvimento da CPLP na área da Defesa como um assunto não prioritário. Embora o facto de *“cada um dos países lusófonos se situar em áreas estratégicas diferenciadas, que praticamente alcançam todas as principais regiões geoestratégicas do planeta, (e isso) emprestar especial relevo à CPLP”* (Santos, 2005: 139), a realidade é que o facto de os seus países pertencerem, também a organizações regionais agregadoras, tão díspares como a UE, UA e MERCOSUL, exigem a definição de prioridades e o inevitável dispersar de interesses.



#### **4. Portugal e as estratégias para a cooperação no âmbito da CPLP**

##### **a. Limitações e possibilidades no âmbito da cooperação com a CPLP**

Portugal tem mantido, praticamente desde as independências dos PALOP e Timor-Leste, uma postura de colaboração e cooperação que procura ser um contributo para o desenvolvimento daqueles países. No âmbito da Defesa, essa cooperação é marcada, pela cooperação bilateral que é consubstanciada nos diversos Programas-Quadro e pela cooperação multilateral no seio da CPLP. Embora Portugal dentro dos países-membros, seja o único país que apresenta um IDH muito elevado - nº 34 em 182 países (PNUD, 2009), é um país de média dimensão, inserido em outras organizações, nomeadamente OTAN e UE nas quais tem de cumprir os compromissos assumidos, havendo portanto necessidade de priorizar o emprego dos seus recursos.

Assim, e de modo a podermos vir a definir prováveis tendências de evolução, as limitações que podemos referir para Portugal e para as suas FFAA no âmbito da CPLP são: (i) Inexistência de um Plano Estratégico de Actividades que permita um planeamento a médio prazo; (ii) Baixa prioridade face a outras actividades de cooperação; (iii) Prolongamento do processo de decisão; (iv) Diferentes graus de empenhamento dos países-membros; (v) Falta de orçamento da CPLP para assuntos de Defesa.

Relativamente às possibilidades que podem ser identificadas, tendo em conta que é importante referir a existência de uma história comum onde foram forjados valores que nos identificam e que o facto de todos falarmos o português facilita o encontro de consensos e soluções, podemos referir as seguintes: (i) O MDN, através da DGPDN, possui uma estrutura consolidada na gestão da cooperação bilateral e multilateral; (ii) Todos os ramos das FFAA conduzem, desde há bastante tempo, acções de cooperação militar, havendo organismos nas suas estruturas que têm experiência neste âmbito; (iii) Existe um quadro de pessoal que ao longo dos anos foi acumulando saberes na condução dos vários projectos de cooperação; (iv) A inserção de Portugal e das suas FFAA, na OTAN, na UE e respectivas estruturas militares, bem como as relações de amizade que mantém com outros países, permite-lhe poder associar a projectos da Comunidade, outros países ou organizações; (v) Não há dificuldade de nomeação de pessoal para as missões de cooperação militar; (vi) Existe um conhecimento, por vezes pessoal, dos principais decisores, pelo facto de no âmbito da cooperação bilateral assessorarmos o apoio às principais escolas de formação e à organização superior da Defesa e das FFAA.



## **b. Tendências de evolução**

*“Aquilo a que hoje chamamos “lusofonia” imerso num sentido alegadamente “comum” do entendimento entre povos com origens e trajectos entre si muito diferentes, começou por ser um acto político: o da institucionalização do português como língua franca imperial, ligada à colonização do território sul-americano e à ocupação dos territórios africanos”* (Madeira, 2004). Se o referimos é porque a Comunidade faz-se de pessoas e o seu imaginário molda o seu sentido de cooperação ou de afastamento. Por outro lado, julgamos que a Comunidade quando foi criada em 1996, não teve na sua génese a ideia de hegemonia por parte de qualquer país (ou de conjunto de países), já que todas as decisões são tomadas por consenso e, ao contrário de outras comunidades assentes na língua, o país colonizador, embora possua o maior IDH, não é o potencialmente mais forte.

A evolução da CPLP, para além de estar directamente relacionada com a vontade dos governos e dos povos que a constituem, está dependente da evolução estratégica global, principalmente da importância que espaços regionais como a África, a Europa e a América do Sul, venham a jogar no mundo global. Ainda que a CPLP tenha um campo de actuação muito vasto, onde as relações culturais, económicas, políticas e diplomáticas, de cooperação na defesa, etc. encontram campo fértil, importa levantar quais os “caminhos” possíveis para a cooperação na área da Defesa.

### **(1) “Status quo”**

Os quase 14 anos de vida da CPLP, têm sido a procura da afirmação da comunidade no seio dos países-membros e da comunidade internacional, tendo sempre em conta os princípios que constam da sua Declaração Constitutiva de *“... respeito pela integridade territorial e da não ingerência nos assuntos internos de cada Estado”*.

Dos objectivos estabelecidos inicialmente, parece consensual que os maiores sucessos se registaram no domínio da “coordenação política” tendo em conta que a CPLP *“...utilizando os estreitos laços humanos existentes entre os seus dirigentes, interveio repetidamente em momentos de crise em alguns dos países, participando de forma discreta mas constante na busca de uma normalidade política e no lento processo de democratização das sociedades”* (Soares, 2007).

Nestes primeiros anos, a CPLP tem-se vindo a estruturar de modo a dar corpo ao projecto, fazendo-o nos mais diversos domínios, podendo mesmo dizer-se que se encontram estabilizadas as suas estruturas e que os mecanismos para permitir a cooperação multilateral



estão, ou em funcionamento ou prontos para tal. Na área da cooperação da Defesa as reuniões ministeriais, as de CEMGFA e as de directores-gerais de política de Defesa, decorrem com a regularidade estabelecida e apoiadas pelo SPAD, nas quais todos os assuntos têm sido alvo de propostas concertadas e consensualizadas pelos estados-membros.

A cooperação na área da Defesa nos seus aspectos multilaterais, embora possua a única instituição das áreas sectoriais com carácter permanente, multinacional e com representantes de todos os estados-membros – o SPAD, tem sofrido da falta de empenho dos países que, por falta de recursos, maior prioritização de outras áreas ou problemas de ordem interna, têm dado pouca importância às potencialidades que a cooperação no âmbito da Defesa pode garantir ao seu desenvolvimento sustentado.

A continuação da situação actual, traduzir-se-á na manutenção das actividades em curso (exercícios da série “FELINO” e Centros de Excelência ainda numa fase conceptual) a um ritmo muito lento e com sucesso relativo. O cumprimento da calendarização das diversas reuniões de alto nível, fóruns importantes para a abordagem de temáticas de interesse comum e onde se desenvolve o, cada vez mais indispensável, conhecimento interpessoal, não parece ser suficiente face às potencialidades e mais-valias que se podem recolher da cooperação multilateral nesta área.

## **(2) Maior empenho dos países-membros**

Venham a verificar-se ou não, alterações de carácter geopolítico a nível global ou regional, pode-se encarar o desenvolvimento da cooperação no seio da CPLP a partir de um maior empenho dos países-membros, nomeadamente daqueles com maior capacidade económica.

Desde 2002, a UA desenvolve um esforço considerável para a construção de uma arquitectura de Paz e Segurança para África, que apesar de apoiada por outros organismos internacionais, só será viável com o empenho interessado dos países africanos, entre os quais os PALOP. As necessidades destes países na participação dessa estrutura, exige meios e conhecimentos que, se assim o entenderem, podem ser obtidos dentro e/ou através da CPLP.

Por outro lado, a reforma dos sectores de Segurança e Defesa, aspecto importante para o desenvolvimento sustentado dos países, tratando-se de processos de médio ou longo prazo, normalmente de elevado custo e com grandes exigências de adaptação de estruturas e de formação, pode tirar partido das experiências de países, que pelo facto de partilharem a mesma de cultura, valores e língua comum, podem conduzir a uma maior probabilidade de



sucesso. As necessidades detectadas devem ser materializadas em projectos concretos, e os mesmos apresentados pelos mecanismos existentes.

A reconhecida importância que o continente africano começou a ter por parte da UE, EUA e China, como local de concentração de recursos energéticos, minerais e alimentares, mas também como lugar de pacificação e desenvolvimento para a estabilização da paz global, pode implicar maiores desafios e maiores necessidades de cooperação, também na área da Defesa. Mesmo que não seja visível no curto prazo, a cooperação tem de ser entendida como um investimento produtivo, que será tanto mais eficaz quanto maior a organização e a divisão de tarefas pelos países-membros.

### **(3) Incremento da importância do Atlântico Sul.**

O aumento da importância geoestratégica do Atlântico Sul, nomeadamente quanto à necessidade de controlo das rotas marítimas que o atravessam, seja qual for a solução que venha a ser adoptada, dificilmente poderá deixar de fora países como o Brasil e Angola. O Brasil, como país emergente a grande potência global e que desde 2007 vem conduzindo uma reorganização das suas FFAA<sup>60</sup>, assume o Atlântico Sul como uma das suas grandes preocupações, considerando inclusivamente que *“na elaboração das hipóteses de emprego, a Estratégia Militar de Defesa deverá contemplar o emprego das FFAA, tendo em conta uma ameaça de conflito armado no Atlântico Sul”* (Brasil, 2008: 39).

Embora Angola não possua Marinha considerável, os seus 1.650 Km de costa, a sua posição geográfica e o papel de potência regional com influência na CEEAC e na SADEC, permitir-lhe-ão poder vir a ter papel relevante na arquitectura de segurança e defesa desta parte do Atlântico. Por outro lado essa arquitectura, não pode pôr de lado nem Cabo Verde nem S. Tomé e Príncipe como plataformas de acesso ao continente africano.

Assim, o Brasil na América do Sul, Angola na África Central e Austral, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe no meio do Atlântico e Portugal como membro da UE e da OTAN, poderiam ganhar um estatuto de charneira entre a África, a Europa e as Américas, trazendo uma importância acrescida à CPLP, na medida em que o incremento de interesses comuns propicia a cooperação entre países.

Este contexto, associado ao provável estatuto de potência global por parte do Brasil, poderia trazer-lhe também a liderança da Comunidade (mesmo que não explícita) podendo, desde que reconhecida pelos outros países-membros, conferir-lhe uma maior dinâmica.

---

<sup>60</sup> O ministro da Defesa, Nelson Jobim, conseguiu em 2007 um aumento de 50 % no Orçamento para 2008 e subordinou os orçamentos das três Forças a uma só directriz. Disponível na Internet em <[http://www.defesabr.com/MD/md\\_estrategia.htm](http://www.defesabr.com/MD/md_estrategia.htm)>



#### **(4) Desinteresse dos estados-membros**

Não podemos deixar de levantar a hipótese de alheamento dos estados-membros da CPLP quanto à cooperação no âmbito da Defesa e um crescente desinvestimento nesta vertente. As dificuldades orçamentais dos governos, a priorização dos recursos nacionais para áreas de apoio social e de maior visibilidade política ou o envolvimento na arquitectura de defesa e segurança regionais, podem ser razões para descurar a cooperação multilateral no âmbito da Defesa no interior da Comunidade. Acresce ainda o facto da questão “Atlântico Sul”, poder não vir a concretizar-se ou passar a ser um projecto a muito longo prazo, o que pode contribuir para que alguns países-membros orientem os seus projectos de cooperação para outros países ou organizações mais poderosas, enfraquecendo a CPLP.

##### **c. Linhas de Acção Estratégica**

As possíveis tendências de evolução (ou regressão) elencadas anteriormente, dependem de variadíssimos factores que julgamos ser de difícil controlo, e portanto seria um mero exercício de futurologia indicar que uma situação poderia vir a verificar-se em detrimento de outra. É mesmo provável que aspectos de diversas tendências venham a verificar-se em determinado momento, ou que a conjuntura nacional, regional ou global seja variável e se alternem as diferentes possibilidades.

A primazia cultural, política, social e económica da CPLP (a cooperação no âmbito da Defesa, dificilmente terá uma prioridade elevada), as presidências rotativas que implicam uma dinâmica não uniforme (de acordo com o empenho e capacidades do governo que detém a presidência), a tomada de decisão por consenso (que arrasta no tempo o lançamento de projectos) e a falta de orçamento específico para acções no âmbito da Defesa, são algumas das características da Comunidade que estão na sua génese e que dificilmente poderão ser alteradas. Assim, todas as iniciativas têm de continuar a contar com a disponibilização de recursos materiais e humanos por parte das direcções de política de Defesa nacionais e das FFAA, com os respectivos inconvenientes e sem a certeza da sua concretização, dificultando o planeamento e execução das acções previstas.

Segundo Bernardino *“Portugal é reconhecido assumidamente, um dos motores principais da CPLP e nação líder em muitos processos no âmbito da defesa e segurança”* (Bernardino, 2008: 198). Sendo-o ou não, importa referir que o estado português tem vindo a plasmar em diversos documentos a importância estratégica da CPLP para a afirmação de Portugal no mundo e as linhas orientadoras da sua acção neste âmbito. No entanto, e embora



os conceitos e orientações constantes desses documentos, devam influenciar e nortear a actuação de todos aqueles que nestas áreas têm responsabilidades, não podemos esquecer do que em conjunto com os outros países da CPLP acordámos em Setembro de 2006, e que deve constituir a “bíblia” da cooperação multilateral: o “Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa”<sup>61</sup>.

Desta forma, para actividades que se enquadrem dentro do espírito daquele protocolo, Portugal deve influenciar a condução dos assuntos de Defesa da CPLP no que concerne à cooperação multilateral, seja qual for a evolução que o ambiente geoestratégico venha a sofrer e independentemente de eventuais ajustes que seja necessário fazer. Assim, as linhas de acção estratégica a seguir devem ser as seguintes:

- Fomentar a criação de estruturas de comando e controlo, de mecanismos de interoperabilidade, de procedimentos comuns, e de redes de conhecimento interpessoal nos diversos escalões, que permitam a acção da CPLP em geral e de Portugal em particular, em caso de necessidade de empenho de forças.

- Estar preparado para, em conjunto com outros países-membros, responder a necessidades que surjam dentro da Comunidade ou nas suas áreas de interesse, e cuja intervenção saia do âmbito bilateral, nomeadamente nas vertentes da solidariedade em situações de desastre ou agressão e da arquitectura de paz e segurança africana.

- Canalizar para a CTM os projectos ou actividades que no âmbito da CPLP não encontrem consenso mas que sejam de interesse específico para Portugal.

- Porque a língua portuguesa é uma questão vital para a afirmação nacional no mundo, prestar também na área da Defesa todo o apoio possível aos PALOP e a Timor-Leste, de modo a garantir que as opções estratégicas a tomar por esses países, tenham a solidariedade da Comunidade como factor decisivo nas opções a tomar.

#### **d. Actividades a desenvolver**

Tendo em conta as possibilidades que Portugal apresenta para o desenvolvimento da cooperação multilateral no âmbito da CPLP, a continuidade e evolução do modelo de cooperação existente, e ainda, o percurso já percorrido pela Comunidade na área da cooperação no âmbito da Defesa, passamos a referir as actividades que as FFAA podem vir a desenvolver, contribuindo para o esforço de afirmação da política externa do estado através do fortalecimento da CPLP.

##### **(1) Exercícios da série “FELINO”**

---

<sup>61</sup> Este Protocolo, embora assinado pelo ministro da Defesa Nacional em Set06, encontra-se há mais de três anos em processo de ratificação, sem que até à data tenha entrado na Assembleia da República.



Os exercícios da série “FELINO” tiveram início em 2000 e vêm-se executando ininterruptamente, o que por si, é uma prova inequívoca da vontade de colaborar de todos os países-membros nas actividades da área da Defesa. Os dois primeiros (2000 e 2001) tiveram como finalidade aperfeiçoar capacidades de resposta militar no âmbito das Forças de Operações Especiais, enquanto a partir de 2002 o objectivo centrou-se em harmonizar conceitos, terminologias e documentação de ordem doutrinária para a participação em operações humanitárias e de manutenção de paz (Anexo A).

Estes exercícios, em cujo planeamento, preparação e execução Portugal tem posto um empenho extraordinário, devem continuar a desenvolver-se, embora a componente de Defesa da Comunidade ficasse reforçada, caso as seguintes melhorias se viessem a concretizar:

- Reintroduzir no exercício a componente de Forças de Operações Especiais (o que não acontece desde 2002). Caso venha a verificar-se a necessidade de emprego das FFAA, na sequência de uma situação de crise relativa à falta de condições de segurança, desastre ou agressão, é provável que este tipo de forças sejam as primeiras a ser chamadas a intervir. Neste caso, não se vislumbra melhor laboratório que este exercício, para o desenvolvimento de conhecimentos interpessoais, troca de procedimentos, reconhecimento de capacidades e detecção de lacunas.

- Face à falta de doutrina que una os países-membros, há que dar início a um processo de elaboração de procedimentos conjuntos nos mais diversos domínios. Julgamos que envolver, após a realização dos exercícios (sejam eles em formato CPX ou LIVEX), planeadores e executantes, em seminários de dois ou três dias exclusivamente para essa finalidade, seria proveitoso para a criação desse corpo de procedimentos.

## **(2) Capacidade de comando e controlo**

Em S. Tomé e Príncipe (2007) e em Moçambique (2009), foram instalados por Portugal, sistemas de comunicações seguras com o respectivo hardware e *software*, para o funcionamento de dois Centros de Operações<sup>62</sup>. Seria desejável que este trabalho tivesse continuidade de modo a que todos os estados-membros pudessem dispor de um sistema de comando e controlo, com capacidade para a troca de informações e difusão de ordens, no eventual uso de forças combinadas.

Embora os sistemas já instalados não estejam actualmente a ser usados para esse fim, devido aos valores financeiros envolvidos para garantir a ligação em permanência entre as

---

<sup>62</sup> Estes sistemas foram doados aos países e estão a cargo da CTM portuguesa.



estruturas de Defesa dos países, essa possibilidade existe e caso seja necessário projectar uma força, os estados-membros podem desde os seus países ter acesso a um sistema de comando e controlo fiável e seguro. Estes sistemas, que têm sido usados na execução dos exercícios da série “FELINO”, podiam ser aproveitados para introdução de incidentes que implicassem a consulta entre estados-membros e o acompanhamento conjunto da situação táctica e operacional.

Esta possibilidade não está assumida pelos países-membros da CPLP, pelo que se torna necessário encontrar consensos para a desenvolver numa perspectiva de multilateralidade e de compatibilidade com outros sistemas de comando e controlo dos estados-membros, nomeadamente com o brasileiro.

### **(3) Centros de excelência de formação de formadores**

Normalmente, a formação militar é encarada pelos países no âmbito bilateral, pese embora algumas vezes, o processo de disponibilização de vagas seja iniciado no âmbito da CPLP. O verdadeiro desafio na realização de formação com carácter multilateral, será colocado aos países-membros quando o processo dos “Centros de Excelência de Formação de Formadores da CPLP na área das Operações de Apoio á Paz” se concretizar. Tudo leva a crer que estes Centros venham a ter lugar dentro da arquitectura de Paz e Segurança africana, donde se julga que seja importante, que o seu corpo docente deva incluir a troca recíproca de instrutores/formadores, de modo a dar-lhe o carácter multilateral.

Estes Centros, e na perspectiva de dispor de programas bem elaborados, podem transformar-se em locais com ambiente propício para o desenvolvimento de “*redes de confiança inter-pessoal ligando militares e civis de todos os países participantes*” (Pinheiro, 2006: 157) e por conseguinte, contribuir para o aumento da coesão e conhecimento mútuo. Estes “Centros” devem receber também, formandos de outros países da região, alargando assim o seu campo de intervenção e proporcionando dinâmicas de integração regionais.

### **(4) Solidariedade entre estados-membros da CPLP em caso de desastre ou agressão**

Embora Portugal ainda não tenha ratificado o “Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa”, as acções de solidariedade em caso de desastre ou agressão terão, pelo menos numa primeira fase, uma intervenção significativa das FFAA. Principalmente o apoio aos países-membros de menor dimensão, que no caso da CPLP são também os de menores recursos, pode implicar o apoio ao país como um todo, e o seu falhanço pode desacreditar interna e externamente a Comunidade.



Se bem que a variedade de situações que podem acontecer sejam imensas e a ajuda a prestar tenha a ver com as circunstâncias e as causas que originem a necessidade, a existência de planos prévios baseados em hipóteses facilitarão a conjugação de esforços e só a execução de exercícios pode contribuir para a sua validação (este cenário pode ser desenvolvido no quadro do exercício “FELINO”). A componente de defesa da CPLP pode ter aqui uma importância decisiva, mas o tipo de apoios a prestar e a urgência desse apoio, implicam um maior envolvimento dos estados-membros, sob pena de a ajuda não ser eficaz. É de salientar ainda, que mesmo a nível interno e para além da coordenação necessária entre Ramos das FFAA, não se pode excluir a coordenação com o Autoridade Nacional de Protecção Civil com experiência comprovada nesta área.

#### **(5) Formação Técnica específica**

No processo de reestruturação das FFAA dos PALOP e de Timor, a racionalidade da sua estrutura, bem como a necessidade de suporte das mesmas, levará a um caminho de mais e melhor desenvolvimento do vector de Apoio de Serviços e Engenharia. A CPLP pode vir a desempenhar um papel importante na formação nesta área, já que a língua nos aproxima. Este apoio pode ser prestado na base da CTM, mas interessa sobretudo sublinhar a vertente de multilateralidade, na medida em que os custos envolvidos podem ser partilhados, com a eventual obtenção de melhores resultados.

Assim, a formação nestas áreas contribuiria também, para um maior desenvolvimento da sociedade civil, uma vez que aumentaria a sua sensibilidade para a importância das FFAA no seio das comunidades nacionais, na medida em que “...*esta opção faculta, por um lado, capacidades e saberes geradores de fontes alternativas de rendimentos essenciais à sobrevivência da maioria dos militares africanos... e maior facilidade de reintegração dos ex-militares na sociedade civil*”. (Pinheiro, 2006: 150)

#### **(6) Saúde Militar**

A CPLP tem conduzido desde 1999, os “Encontros de Medicina Militar” onde se têm debatido vários temas de interesse para a saúde militar dos países-membros e com assistência e interesse significativos (SPAD, 2009). Pelos próprios participantes foi “*destacada a necessidade de aprofundar a criação dos mecanismos que permitam a materialização de projectos e programas concretos*” (Idem) e pelos seus organizadores foi proposta a utilização das tecnologias de informação e comunicação no ensino à distância e a necessidade do aproveitamento dos exercícios da série “FELINO” como meio de treino da componente operacional da Saúde Militar (Idem).



No âmbito do apoio solidário em caso de desastre ou agressão, a componente médica pode vir a ter um papel fundamental pelo que deve Portugal, no quadro da CPLP, estar preparado para participar nesse apoio, seja através da projecção de um Hospital de Campanha com a integração de pessoal de outros países-membros, ou fazer parte de outras soluções encontradas viáveis pela Comunidade.

#### **(7) Controlo e fiscalização das águas territoriais e da zona económica exclusiva**

A procura de sinergias nesta área, em que estão em causa meios significativos e com custos de operação elevados pode vir a ser uma realidade, de acordo com a situação estratégica das regiões em causa e as ameaças percebidas. A disparidade de meios dos países-membros, os problemas inerentes de manutenção dos equipamentos e os compromissos de cada país com as missões próprias e as estruturas de defesa a que pertencem, indiciam que em caso de necessidade, os países receptores da ajuda a solicitem e seja garantida por via bilateral. No entanto, se a situação projectada de aumento da importância estratégica do Atlântico Sul conduzir para uma eventual estrutura de Segurança e Defesa, e se venha a verificar uma ameaça de desagregação interna em qualquer um dos estados-membros da Comunidade ou a aumentar de forma alarmante a insegurança nas águas territoriais do seu interesse, Portugal deve prever o emprego de meios navais e aéreos em cooperação com outros países, membros da Comunidade ou não.

#### **(8) Forças Militares da CPLP**

*“A criação de um “Batalhão Lusófono” tem acompanhado a ideologia da Defesa desde a sua criação”* (Bernardino, 2008: 194). O desenvolvimento da estrutura de Paz e Segurança africana, com a criação das ASF e mais especificamente com a incorporação do princípio do *“African ownership”*, parece não dar espaço a esta força incluindo Portugal e/ou o Brasil, em conjunto com forças de outros estados-membros. Este objectivo apresenta problemas de interoperabilidade, de doutrina e de capacidade de comando e controlo entre outros, mas pode constituir-se, se devidamente encarado, como um objectivo orientador da cooperação multilateral no âmbito da Comunidade.

Embora como refere Pinheiro *“esquecendo, de forma realista e em função das vulnerabilidades endémicas da CPLP, o objectivo da criação, no médio prazo, da tão falada “Força lusófona”, o PAMPA opta, pragmaticamente por apoiar as forças africanas no sentido da sua desejável participação em contingentes multinacionais de âmbito sub-regional, no domínio das OAP”* (Pinheiro, 2006: 166), no caso de ser constituída uma força combinada com dois ou mais PALOP para intervir em África, Portugal deve estar preparado para participar com assessores militares, de forma a garantir maior visibilidade ao país.



#### **e. Síntese Conclusiva**

Embora Portugal seja um país de média dimensão, com responsabilidades em vários organismos internacionais, tem mantido uma postura de colaboração e cooperação com todos os países de língua portuguesa procurando contribuir para o seu desenvolvimento. Por outro lado, as FFAA portuguesas possuem estruturas consolidadas e militares experientes com capacidades para a condução da cooperação no âmbito multilateral.

A cooperação multilateral na CPLP é, e será, aquilo que os governos pretenderem que seja, embora a situação geoestratégica e geopolítica mundial tenham uma importância fulcral no empenho posto na cooperação, de acordo com as mais-valias que dela possam advir. Quer se venha a manter a situação actual ou se assista a um incremento da cooperação, seja em consequência da necessidade de desenvolvimento da arquitectura de paz e segurança africanas ou da importância geoestratégica acrescida do Atlântico Sul, o tipo de actividades a desenvolver enquadram-se dentro da mesma tipologia.

Nesta área, toma papel de relevo o “Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa”, fruto de mais de oito anos de amadurecimento de relações entre os estados-membros, sendo que a cooperação por parte de Portugal deve privilegiar a procura de procedimentos comuns e de capacidade de comando e controlo compatíveis, na vertente da eventual necessidade do empenho de forças naqueles territórios, bem como no apoio à construção da arquitectura de Paz e Segurança africanas, na vertente do desenvolvimento do continente em geral e dos PALOP em particular.

#### **5. Conclusões**

No presente trabalho de investigação pretendeu-se chegar ao modelo de participação das FFAA, que no âmbito da CPLP mais se adequa ao caso nacional e qual a visão prospectiva que o suportava (QC), convictos de que a necessidade de cooperação multilateral no âmbito dos seus oito países é fundamental para o desenvolvimento sustentado, pois não se pode evoluir social e economicamente se as sociedades não se puderem desenvolver em ambiente de paz e de segurança.

Iniciou-se a investigação verificando, se o quadro normativo e conceptual nacional permitia o normal desenvolvimento da cooperação na área da Defesa no seio da Comunidade (Hip 1a). Pôde-se concluir que, começando na aprovação da CRP em 1976, passando pelo CEDN (2003), pelas MIFA (2004) e mais actualmente, através do MNE



(Uma visão estratégica para a cooperação – 2005), do MDN (PAMPA – 2006), do Conselho de Ministros (Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento - 2009) e do Programa do XVIII Governo Constitucional (2009), todos consagram e relevam os especiais laços de amizade e cooperação, desenvolvem os vectores de esforço e definem políticas governativas que afirmam a importância da cooperação multilateral no âmbito da Comunidade. Portugal possui, portanto, um quadro normativo e conceptual bem elaborado, não se encontrando nele qualquer limitação à cooperação no âmbito da CPLP. Assim sendo considera-se validada esta Hip.

O seguinte passo consistiu em fazer o mesmo exercício para a CPLP como organização. Embora só seis anos depois da sua “Declaração Constitutiva – 1996” a cooperação na área da Defesa fosse incluída nos seus estatutos, já desde 1998 os ministros da Defesa dos sete<sup>63</sup> se vinham reunindo com regularidade, aprovando logo no ano seguinte o “Acordo sobre a globalização da CTM” e a criação do SPAD. Em 2006 veio a ser assinado pelos ministros da Defesa o “Protocolo de cooperação da CPLP no domínio da Defesa”, onde se encontram definidos os princípios gerais da cooperação multilateral com o objectivo de a promover e facilitar. Assim, considera-se a Hip 1b validada e que consequentemente existe um quadro legal e conceptual, que enquadra a cooperação no âmbito da CPLP (QD1).

Prossiguiu-se, verificando quais os órgãos específicos da Comunidade para a cooperação no domínio da Defesa e se os mesmos estavam articulados entre si (Hip 2a). Os órgãos da CPLP neste âmbito, para além da Conferência de Chefes de Estado e de Governo que define e orienta a política geral e as estratégias da Comunidade, são as reuniões de ministros da Defesa, de CEMGFA e de directores de Política de Defesa<sup>64</sup>, sendo que estas duas últimas, assessorados pelo SPAD, têm o objectivo de preparar as reuniões de ministros. A estrutura de Defesa conta ainda com o CAE, que visa a pesquisa e difusão do conhecimento de Estratégia e cujos estatutos se encontram em revisão, para melhor adaptar aos objectivos acordados. Concluiu-se, portanto, que existem órgãos dedicados aos assuntos de Defesa e que se encontram articulados, considerando-se validada esta hipótese.

Fez-se, também uma pesquisa das principais actividades que os países levaram a cabo nos últimos anos, constatando-se que dentro das actividades que se desenvolvem na Comunidade com carácter multilateral e na área da Defesa, os exercícios da série “FELINO”

---

<sup>63</sup> Timor-Leste não era ainda um estado independente.

<sup>64</sup> Também estão consagradas as reuniões de Directores de Serviços de Informação Militares, o que ainda não se verificou.



são os que se têm realizado com maior continuidade e visibilidade, validando a Hip 2b e respondendo de forma cabal à QD2.

Nos últimos anos tem havido um crescente interesse por África onde várias organizações e países intervêm. Porque essas intervenções têm relacionamento directo com os aspectos de Segurança e Defesa, fez-se uma abordagem, ainda que sucinta, das linhas de acção e instrumentos de intervenção dos principais “actores”. No âmbito das organizações regionais demos conta da OTAN que com a execução do exercício “*Steadfast Jaguar 2006*” em Cabo Verde e o apoio efectivo à AMIS a partir de 2007 alargou a sua Segurança para Sul, a UE que principalmente depois da Cimeira Europa – África de Lisboa (Dezembro de 2007) estabeleceu diversas iniciativas de parceria estratégica no âmbito da Paz e Segurança e a UA que se constituiu como a primeira e principal organização do continente, criando na área da Defesa, mecanismos específicos para contribuir para a pacificação e desenvolvimento dos seus povos.

Quanto aos estados, referiu-se que a França parece querer abraçar a segurança cooperativa no âmbito da Europa depois que viu um dos seus principais instrumentos de intervenção no continente – o RECAMP ser adoptado pela EU, enquanto o Reino Unido e os EUA afirmando que a instabilidade em África tem implicações globais, definiram estratégias com objectivos e programas específicos, sendo que os EUA criaram mesmo um comando regional que inclui todos os países do continente – o AFRICOM. Por outro lado, a China, com interesses económicos muito significativos no continente, tem definida desde 2006 uma política para África com objectivos na área da Defesa e com uma intervenção cada vez maior nas missões de paz africanas. Deste modo julga-se ter validado a Hip 3, na medida em que quer os organismos regionais quer os países considerados têm estratégias delineadas para a região.

Outra realidade, muito importante para se definir a CPLP, é a caracterização dos países que dela fazem parte, e neste particular ressalta desde logo a disparidade de estádios de desenvolvimento dos seus estados-membros. De um modo geral esta disparidade é marcada pela existência de Portugal, o país mais desenvolvido mas de média dimensão, o Brasil, um estado emergente na cena internacional com pretensões de ser líder regional sul-americano e com uma influência crescente na cena mundial, os PALOP, com grandes deficiências de desenvolvimento de ordem económica e social e onde Angola tem vindo a adquirir uma importância significativa e com capacidade de poder vir a ter papel de destaque na SADEC, e por fim Timor-Leste, país muito jovem e em processo de construção e afirmação nacional. No âmbito das FFAA, as disparidades são também de realçar, não só



pelo seu tamanho devido às dimensões dos próprios países, mas devido ao fraco desenvolvimento relativo das componentes aéreas e marítimas e percentagem do PIB gasto em defesa, sendo que na sua maioria, os PALOP apresentam enormes problemas para procederem à reforma do seu sector de Segurança e Defesa.

Apesar das disparidades existentes e da língua portuguesa se constituir, para Portugal e para o Brasil como língua nacional, e para os outros países como língua de unidade e de afirmação no âmbito regional, a globalização e interdependência cada vez maior entre estados e a presença de países-membros da Comunidade em continentes tão variados e em organismos regionais tão diversos, é um factor que se julga estar assimilado pelas classes dirigentes e que todos tentam potenciar, contribuindo para o fortalecimento da CPLP e na qual, a cooperação do domínio da Defesa tem a sua quota-parte. Considera-se assim validada a Hip 4, na medida em que a cooperação no domínio da Defesa encontra o seu lugar no relacionamento entre os estados-membros da CPLP, apesar de condicionada por todos os outros factores.

Portugal tem sido o motor, na Comunidade, da cooperação no âmbito da Defesa, principalmente devido à acção interventiva da DGPDN e do EMGFA que têm colocado significativos recursos materiais e humanos, na prossecução das actividades multilaterais. A vocação atlântica de Portugal afirma-se, também, na ligação com o Brasil, os PALOP e Timor-Leste, pelo que, embora exista a possibilidade de um lento desinteresse dos estados-membros nas actividades da CPLP devido à divergência e multiplicidade de interesses, existe igualmente, a possibilidade de devido a um crescente interesse geoestratégico no Atlântico Sul, a cooperação dentro da CPLP sofrer um incremento significativo com vantagens mútuas, mas onde Portugal poderia potenciar significativamente a sua posição estratégica pelo seu papel central nesta região e pelo papel de charneira que teria com a OTAN.

Independentemente das tendências de evolução / regressão, importa referir que, a emergência do Brasil no cenário mundial faz prever uma maior intervenção e participação deste país na CPLP, o que só beneficiará a Comunidade mas também trará uma maior necessidade de coordenação e liderança. Num quadro de curto e médio prazo os países-membros irão ter como orientação, no âmbito da cooperação multilateral o “Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa” e neste âmbito, as linhas de acção estratégicas a seguir, devem ter presente:



- A eventual necessidade de empenho de forças nacionais fora do território no âmbito da Comunidade, com o indispensável desenvolvimento de estruturas de comando e controlo e de mecanismos de interoperabilidade;
- A solidariedade em situações de desastre ou agressão, seja na vertente de apoio humanitário, reconstrução de infra-estruturas ou reforço das estruturas de segurança;
- O apoio à construção da estrutura de Paz e Segurança em África, para afirmação e consolidação dos PALOP nos organismos regionais a que pertencem;
- A interligação com a CTM na medida em que a sua complementaridade reforça a garantia de segurança e desenvolvimento dos países-membros.

Assim sendo, considera-se validada a Hip 5.

Na sequência do que têm vindo a ser as actividades de Defesa no âmbito da CPLP e ainda a participação de quadros das FFAA na CTM com todos os países que falam português, os ramos das FFAA portuguesas têm capacidades para desenvolverem e participarem nas actividades de cooperação multilateral que forem determinadas pelos órgãos competentes. Deste modo, validando a Hip 6, foram referidas as áreas de actividades que se consideram mais significativas, como foram: os exercícios da série “FELINO”; a continuação da instalação de sistemas de comando e controlo seguros; os centros de excelência de formação de formadores, realçando-se a necessidade da sua vertente multilateral; o alargamento da formação nas áreas dos apoios de serviços, das engenharias e da saúde; o controlo e a fiscalização marítimas; e a participação em forças conjuntas, sendo de sublinhar a importância que deverão ter as actividades que se venham a relacionar com a solidariedade entre estados-membros em situações de desastre ou de agressão que, pelo seu significado, podem pôr em causa a credibilidade interna e externa da Comunidade.

Respondendo à QC que colocamos, julga-se que, face à grande importância que a CPLP tem na estratégia de afirmação nacional e à emergência mais previsível do Brasil e menos acelerada de Angola, o modelo de participação das FFAA que mais se adequa ao caso nacional é: fomentar a maior participação do Brasil e de Angola, na condução das actividades desenvolvidas no âmbito da Defesa no seio da CPLP, no sentido de uma maior partilha de responsabilidades e custos na implementação de projectos multilaterais, de forma a fortalecer o espírito de colaboração entre as FFAA dos países-membros e o encontro de soluções de maior interoperabilidade e capacidade de comando e controlo de eventuais forças combinadas; dentro dos projectos de Segurança Cooperativa, sejam no âmbito da EU ou da OTAN, constituir-se como participante na procura de soluções para os países-membros da Comunidade, com vista à construção duma arquitectura de Paz e Segurança



para África e reforma do sector de segurança e desenvolvimento das FFAA dos respectivos países; por último, deve precaver-se a participação nacional para a situação de solidariedade entre estados-membros no caso de desastre ou agressão, tendo em conta o descrédito da CPLP face a uma eventual incapacidade, descoordenação ou atraso desse apoio, no qual Portugal se veria envolvido por arrastamento.

Neste sentido, julga-se importante que na actuação das FFAA portuguesas no âmbito da CPLP, se atenda às seguintes recomendações:

- Explorar, como membro da UE e da OTAN, os projectos com interesse no âmbito da segurança cooperativa, e ser o seu veículo para o interior da Comunidade.

- Iniciar um diálogo mais profundo com as FFAA brasileiras e angolanas, no sentido da definição de maior capacidade de comando e controlo, interoperabilidade e procedimentos comuns.

- Introduzir nos exercícios da série “FELINO” cenários que permitam desenvolver a capacidade de comando e controlo multilateral e o treino de situações de solidariedade entre os estados-membros no caso de desastre ou agressão.

- No processo de afirmação dos Centros de Excelência de Formação de Formadores, influenciar para que se constituam equipas multilaterais de instrutores e se programem cursos para militares e civis.

- Face às realidades tão díspares das estruturas de saúde das FFAA dos estados-membros, iniciar o debate sobre as formas possíveis de efectiva cooperação multilateral.

- Iniciar a discussão, quanto à constituição de um orçamento comum para actividades de cooperação no âmbito da Defesa, permitindo um planeamento integrado e coerente de acordo com os objectivos traçados.

- Exercer a influência necessária para o relançamento do processo de ratificação do “Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa”.



## BIBLIOGRAFIA

- BERNARDINO, Major Luís (2007). *Uma reflexão sobre a problemática da Segurança em África*. Jornal do Exército, Lisboa, ano 48, n.º 567 (Novembro de 2007), p. 52-58
- BERNARDINO, Major Luís (2008). *Estratégias de Intervenção em África: Uma década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: Prefácio.
- BRASIL (2008). *Plano Estratégico de Defesa do Brasil*. [em linha] Ministério da Defesa, Brasília 17 de Dezembro de 2008 [referência de 23 de Fevereiro de 2010] Disponível na Internet em <[http://www.defesabr.com/Md/Estrategia\\_Defesa.pdf](http://www.defesabr.com/Md/Estrategia_Defesa.pdf)>
- CAE (2000). *II Reunião de CEMGFA – Acta Final*. [em linha] [Maputo]: Portal do CAE/CPLP [referência de 12 de Novembro de 2009]. Disponível na Internet em: <[http://www.caecplp.org/agenda/reunioes\\_cemgfa/reuniao02.pdf](http://www.caecplp.org/agenda/reunioes_cemgfa/reuniao02.pdf)>.
- CARDOSO, Fernando (2003). *Entre expectativas e realidades: O Mundo em português*. 2003 N°45-47. [em linha] [Lisboa]: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais [referência de 23 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em <<http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=522>>
- CIA (2008). *The World Factbook – 2008*. [em linha] [Washington D.C.]: Central Intelligence Agency. [referência de 23 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>.
- CPLP (1998). *Defesa: I Reunião dos Ministros da Defesa – Declaração de Lisboa*. [em linha] [Lisboa]: Portal da CPLP [referência de 24 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=387>>.
- CPLP (1999). *Acordos Intra CPLP: Acordo Geral de Cooperação*. [em linha] [Lisboa]: Portal da CPLP [referência de 24 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=391>>.
- CPLP (2008). *Construindo a Comunidade: 12 anos Vitalidade e Dinamismo*. Lisboa: Europress.
- CRP (2005). *Constituição da República Portuguesa: VII Revisão Constitucional*. [em linha] [Lisboa]: Portal da Assembleia da República [referência de 24 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <[http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/2010\\_Legislacao.aspx](http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/2010_Legislacao.aspx)>.



- CUA (2009). *Plano Estratégico 2009-2012 (Rev.2)*. [em linha] [Addis Ababa]: African Union Commission. [referência de 23 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em <[http://www.africa-union.org/root/AU/AboutAU/strategic\\_Plan\\_2009-2012/fN/EX.CL.%20501%20XV%20Plano%20Estrategico%20da%20CUA%20Rev.2%20-29%20Junho%20.pdf](http://www.africa-union.org/root/AU/AboutAU/strategic_Plan_2009-2012/fN/EX.CL.%20501%20XV%20Plano%20Estrategico%20da%20CUA%20Rev.2%20-29%20Junho%20.pdf)>
- DPKO (2009). *Ranking of Military and Police Contributions to UN Operations*. [em linha] [New York]: Portal do Department of Peacekeeping Operations. [referência de 23 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em <[http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2009/dec09\\_2.pdf](http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2009/dec09_2.pdf)>
- ENSD (2009). *Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento*. [em linha]. [referência de 24 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em <<http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/16500/0560305608.pdf>>
- FP (2009). *The Failed States Index 2009: A fifth annual collaboration between Foreign Policy and The Fund for Peace*. [em linha] Portal do FP-Foreign Policy. [referência de 23 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em <[http://www.foreignpolicy.com/articles/2009/06/22/2009\\_failed\\_states\\_index\\_interactive\\_map\\_and\\_rankings](http://www.foreignpolicy.com/articles/2009/06/22/2009_failed_states_index_interactive_map_and_rankings)>
- GILL, Bates, HUANG, Chin-Hao (2009). *China's expanding role in peacekeeping: Prospects and Policy Implications*. [em linha] SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute [referência de 23 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em <<http://books.sipri.org/files/PP/SIPRIPP25.pdf>>
- MADEIRA, Ana Isabel (2004). *A bandeira da língua como um arquétipo de Pátria: Ficções da lusofonia em contexto pós-colonial*. [em linha] [Coimbra]: CES – Centro de Estudos Sociais. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Estudos Sociais. [referência de 23 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/AnaMadeira.pdf>>
- MDN (2006). *Programa de Apoio às Missões de Paz em África*. [em linha]. [referência de 24 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em <[http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/MDN/Programas\\_e\\_Dossiers/Pages/20060403\\_MDN\\_Prog\\_PAMPA.aspx](http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/MDN/Programas_e_Dossiers/Pages/20060403_MDN_Prog_PAMPA.aspx)>
- MNE (2006). *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*. [em linha]. IPAD [referência de 14 de Outubro de 2009]. Disponível na Internet em



- <[http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/Visao\\_Estrategica\\_editado.pdf](http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/Visao_Estrategica_editado.pdf)>
- ONU (2007). *Statement by the President of the Security Council*. [em linha] Portal da ONU [referência de 08 de Março de 2010]. Disponível na Internet em <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N07/585/12/PDF/N0758512.pdf?OpenElement>>
  - PGOV (2009). *Programa de XVIII Governo Constitucional*. [em linha]. [referência de 24 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em <[http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Documentos/Programa\\_GC18.pdf](http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Documentos/Programa_GC18.pdf)>
  - PINHEIRO (2006). *Modelos de “africanização” das Operações de Apoio à Paz*. Nação e Defesa, Verão 2006, Nº144 – 3ª Série.
  - PNUD (2009). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2009. Ultrapassar barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos*. [em linha] Portal da United Nations Development Programme [referência de 08 de Março de 2010]. Disponível na Internet em <[http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2009\\_PT\\_Complete\\_rev.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Complete_rev.pdf)>
  - SANTOS, Gen Loureiro dos (2005). *Um Novo Modelo de Segurança e Defesa para o Século XXI*. Revista Militar Nº 2/3 – Fevereiro/Março 2005. P. 133-144.
  - SOARES, Embaixador José Tadeu da Costa (2007). *CPLP, Dez Anos: Um Balanço*. Notícias CPLP, da Edição do Expresso nº 1812 de 21 de Julho de 2007
  - SPAD (2009). *Relatório-síntese da organização do XIV Encontro de Saúde Militar da CPLP*. Secretariado Permanente dos Assuntos de Defesa, MDN/DGPDN.
  - UA (2000). *The Constitutive Act*. [em linha] [Addis Ababa]: Portal da African Union [referência de 23 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em <[http://www.africa-union.org/root/au/AboutAu/Constitutive\\_Act\\_en.htm](http://www.africa-union.org/root/au/AboutAu/Constitutive_Act_en.htm)>
  - UNDP (2009). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2009. Ultrapassar barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos*. [em linha] [New York]: Human Development Report Office [referência de 23 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em <[http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2009\\_PT\\_Complete\\_rev.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Complete_rev.pdf)>
  - USA (2006). *The National Security Strategy of the USA*. [em linha] [Washington]: MERLIN – Military Education Research Library Network [referência de 23 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em <<http://merln.ndu.edu/archivepdf/nss/strategies/nss2006.pdf>>

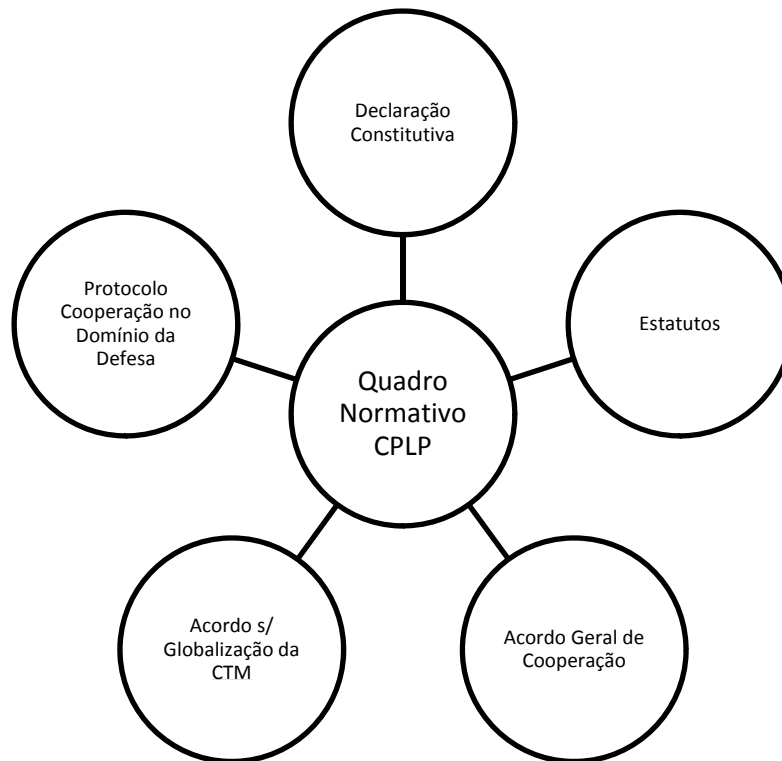


## APÊNDICE I – PERCURSO METODOLÓGICO

ENUNCIADO	QUESTÃO CENTRAL	QUESTÕES DERIVADAS	HIPÓTESES	HIPÓTESES	CONCLUSÕES	RESPOSTA À QC
<i>Visão prospectiva das actividades das Forças Armadas no âmbito da CPLP</i>	Que modelo de participação das forças armadas, no âmbito da comunidade de países de língua portuguesa, mais se adequa ao caso nacional? qual a visão prospectiva que o suporta?	Existe um quadro legal e conceptual, que enquadre a cooperação no âmbito da CPLP?	Em Portugal existe legislação e documentação oficial que permite às FFAA o normal desenvolvimento da cooperação no âmbito da CPLP.	VALIDADA	<b>Conclusões Gerais</b> (Pág. 35)	Foi possível referir qual o modelo de participação das FFAA que melhor se adequa ao caso nacional, no quadro de uma tendência de maior empenhamento dos países-membros da CPLP nas actividades de Defesa (Pág. 39)
			A CPLP tem um corpo de conceitos que enquadra a cooperação no domínio da Segurança e Defesa	VALIDADA		
		Como é constituída a arquitectura de Segurança e Defesa da CPLP e que actividades as FFAA nela desenvolvem?	Na estrutura da CPLP existem órgãos específicos para a cooperação no âmbito da Segurança e Defesa e estão articulados entre si.	VALIDADA		
			Os exercícios da série “FELINO” são a principal actividade desenvolvida pelas FFAA portuguesas, no âmbito da CPLP.	VALIDADA		
		Quais as linhas de acção e instrumentos de intervenção, no domínio da Segurança e Defesa, das principais organizações internacionais e de outros estados, com interesses no continente africano?	A Organização das Nações Unidas (ONU), a União Europeia (UE), a União Africana (UA) e países como os Estados Unidos da América (EUA), o Reino Unido e a França, têm linhas de acção e instrumentos no âmbito da Defesa, definidos para o continente africano.	VALIDADA		
		Quais as características e singularidades, no âmbito do desenvolvimento económico, dimensão das FFAA e enquadramento internacional e regional dos estados-membros da CPLP, que possibilitam o desenvolvimento da cooperação?	Embora exista uma disparidade considerável quanto à constituição das FFAA, desenvolvimento económico e interesses regionais dos estados-membros da CPLP, é possível encontrar interesses comuns de natureza geoestratégica, de desenvolvimento económico e social e de fortalecimento da identidade lusófona, que torna possível e útil a cooperação no domínio da Defesa.	VALIDADA		
		Quais os cenários mais prováveis no relacionamento futuro entre os países-membros da CPLP e respectiva interacção com as organizações regionais a que pertencem?	Face ao incremento da importância do continente africano para a segurança mundial, é possível perspectivar cenários de maior empenhamento, por parte dos países mais desenvolvidos, implicando um reforço das actividades de cooperação no âmbito da Defesa.	VALIDADA		
		Que actividades podem ser desenvolvidas pelas FFAA de modo a contribuir para o reforço da cooperação no domínio da Defesa, no âmbito da CPLP?	As FFAA têm capacidades para desenvolverem e participarem em actividades de carácter multilateral, no âmbito da CPLP	VALIDADA		

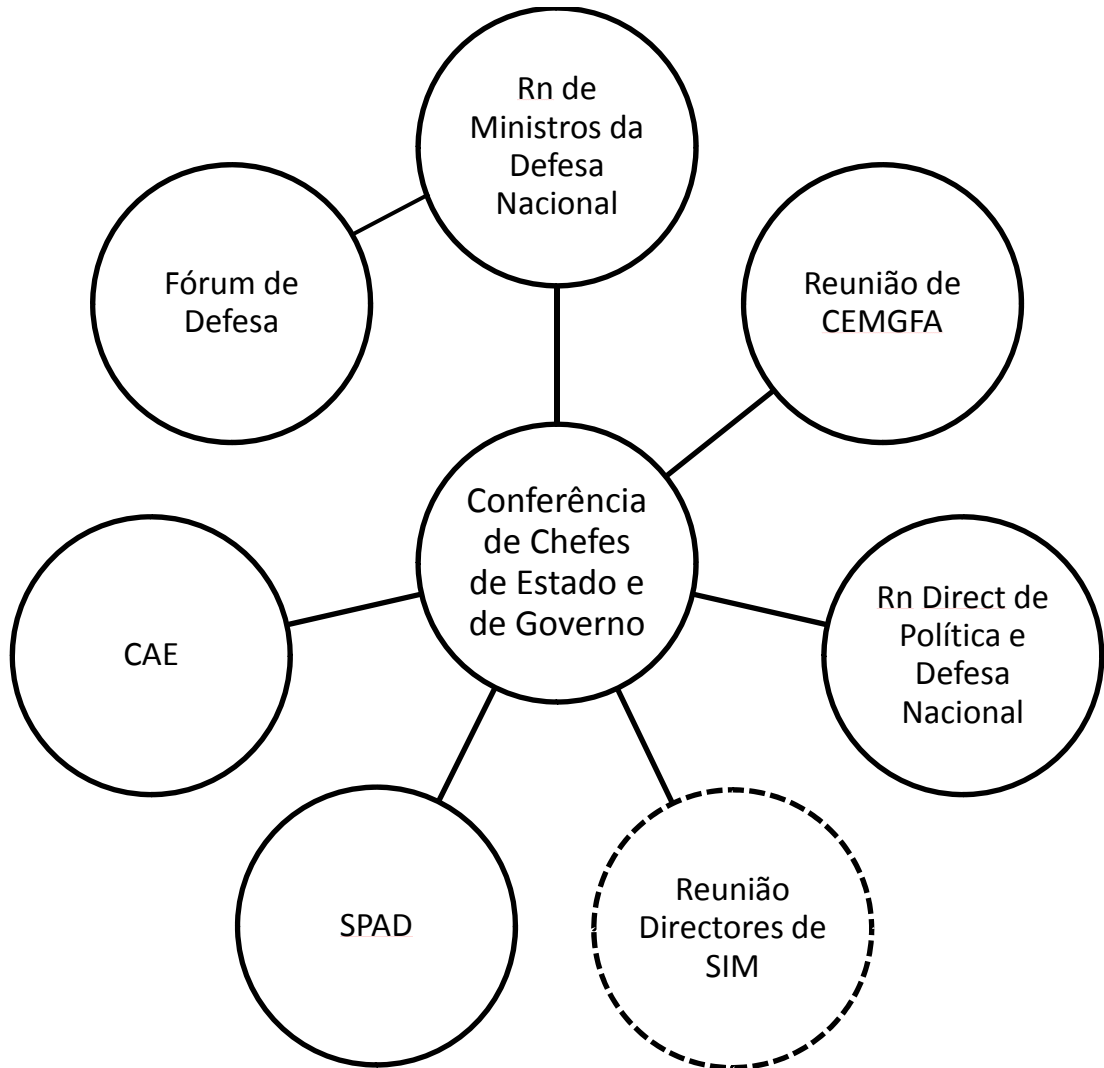


## APÊNDICE II – ENQUADRAMENTO NORMATIVO – NACIONAL E DA CPLP





### APÊNDICE III – ARQUITECTURA DE SEGURANÇA E DEFESA DA CPLP

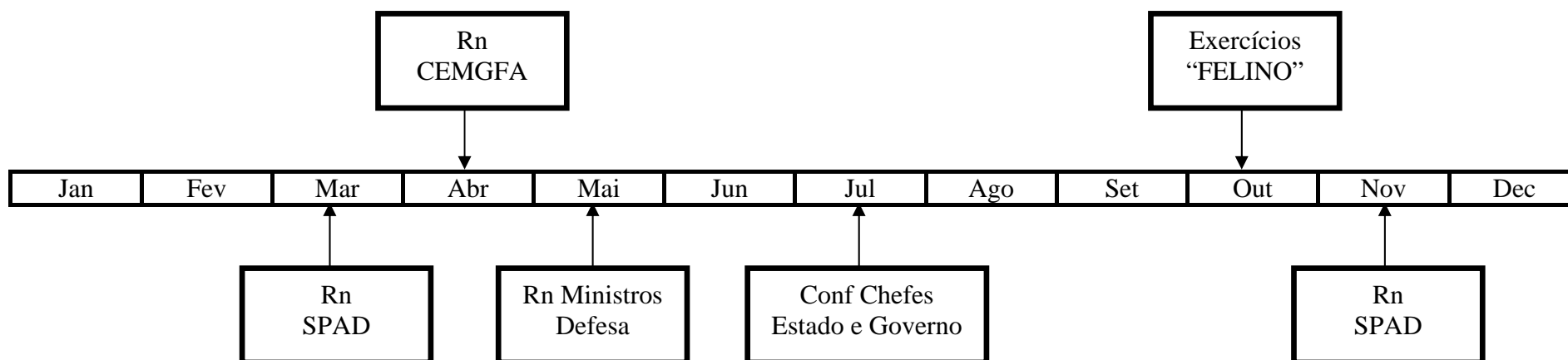




### APÊNDICE IV – AGENDA DA COMPONENTE DE SEGURANÇA E DEFESA DA CPLP

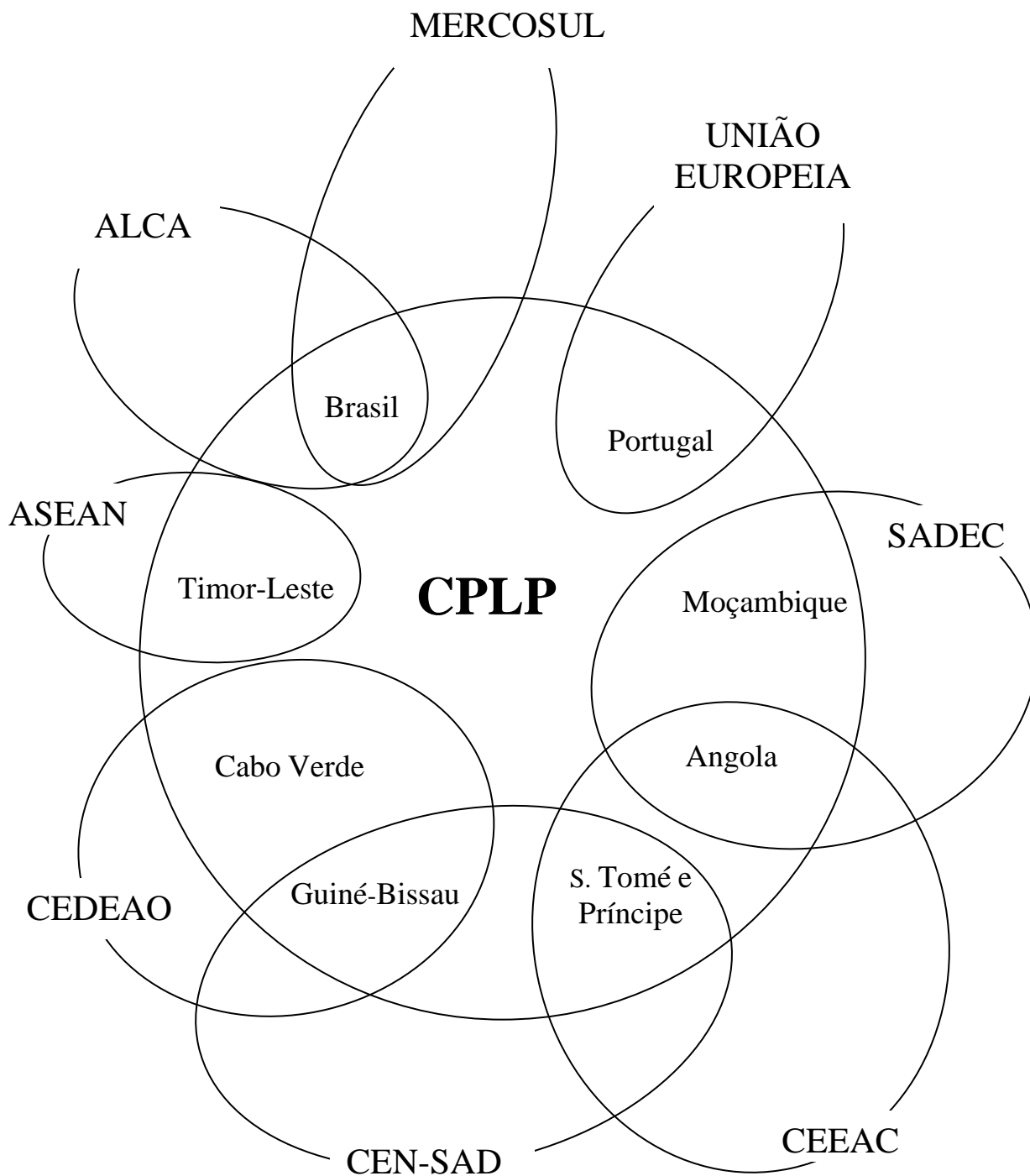
	ANGOLA	BRASIL	CABO VERVE	GUINÉ-BISSAU	MOÇAMBIQUE	PORTUGAL	S. TOMÉ E PRÍNCIPE	TIMOR LESTE
CONFERÊNCIAS DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO		2002		1998	2000	1996	2004	
				2006		2008		
REUNIÕES MINISTROS DA DEFESA	2000	2001	2006	1999	2005	1998	2003	2008
	2009			2004		2002		
REUNIÕES DE CEMGFA	1999	2003	2004	2006	2002	2000	2001	
	2007	2008	2009			2005		
EXERCÍCIOS “FELINO”	2004	2002	2005		2003	2000	2007	
		2006			2009	2001		
						2008		

Fonte: SPAD



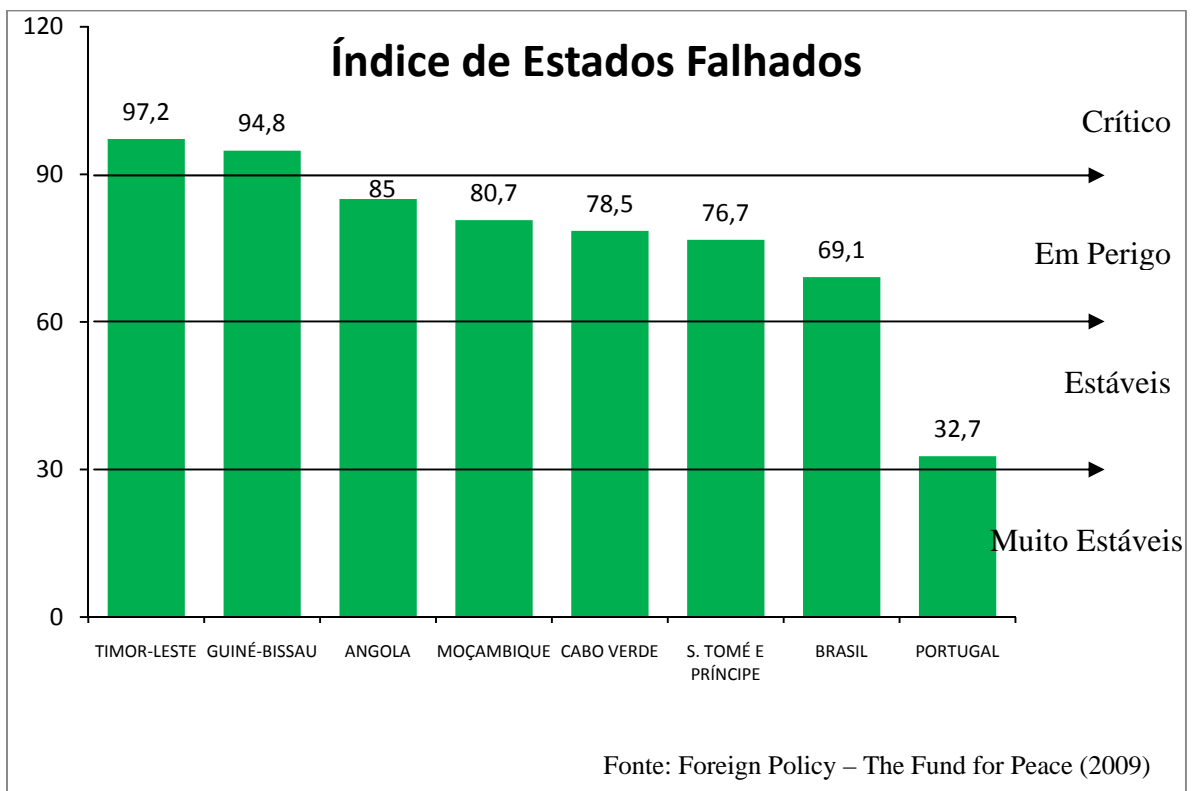
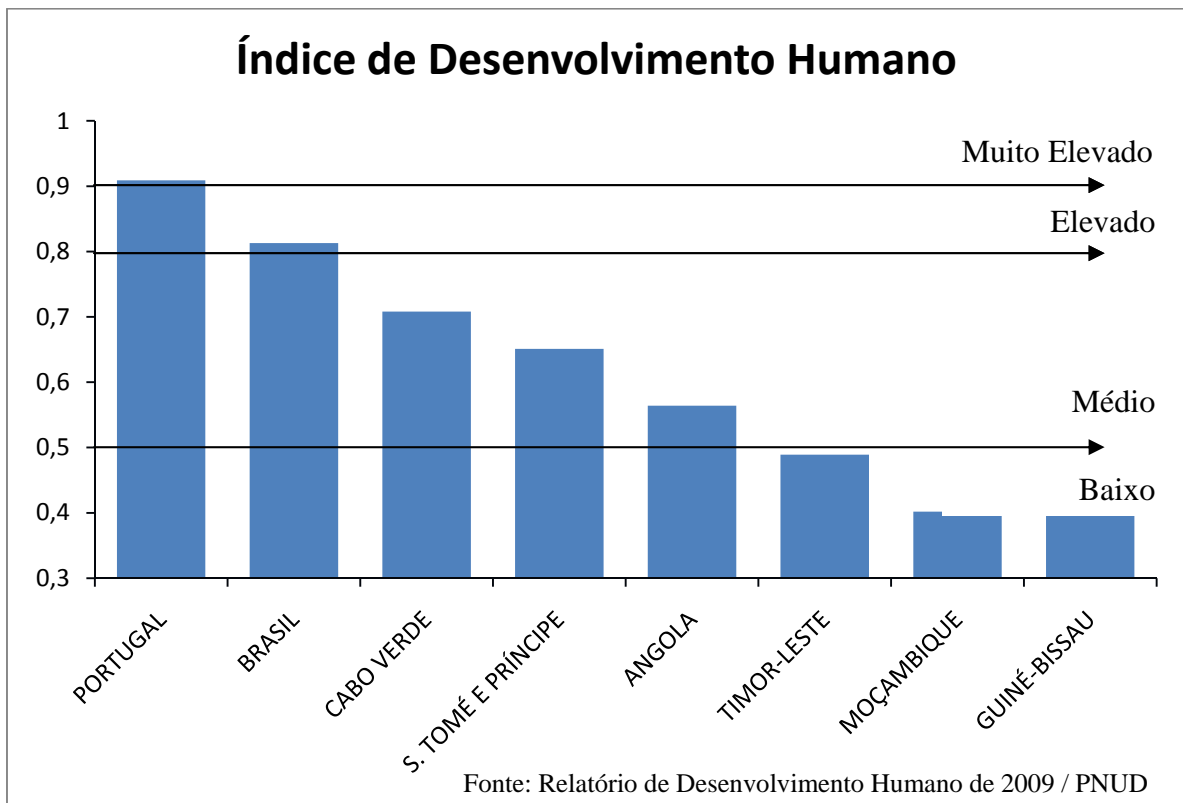


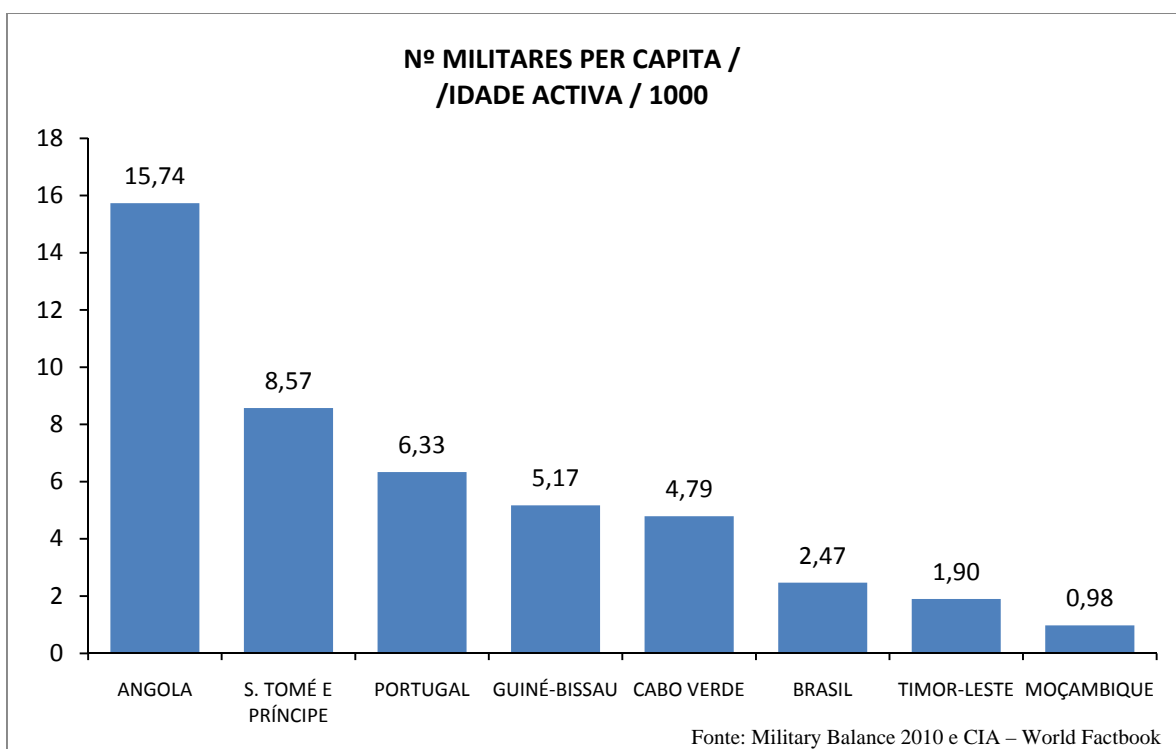
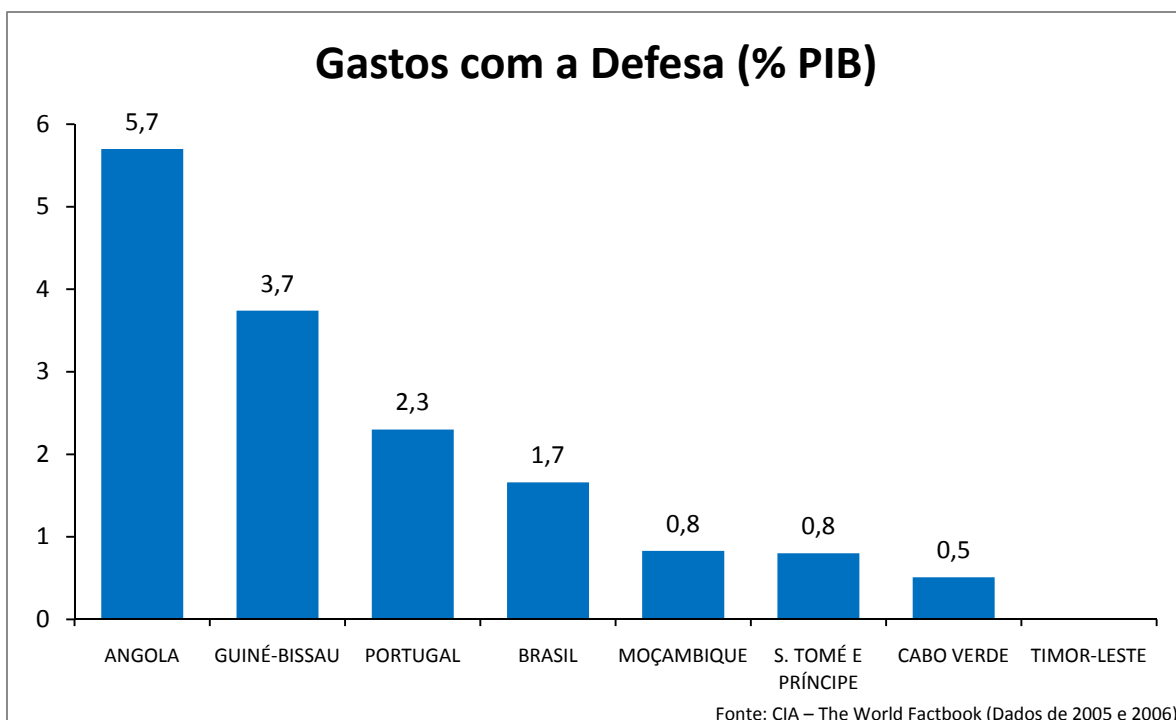
## APÊNDICE V – ORGANIZAÇÕES ECONÓMICAS DOS PAÍSES-MEMBROS DA CPLP





## APÊNDICE VI – INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO





**ANEXO A - EVOLUÇÃO DOS EXERCÍCIOS DA SÉRIE “FELINO”**

Ano	Local	Tipo	Pessoal Participante	Síntese
Felino 2000	Portugal	LIVEX	- Angola: 25 - Brasil: 2 - Cabo Verde: 14 - Guiné: 9 - Moçambique: 12 - Portugal: 58 - ST Príncipe: 4	Período: 17 a 27 de Outubro Exercício conjunto e combinado destinado a - Exercitar a organização de um Comando de Operações Especiais, praticar a sequência de planeamento operacional, e treinar forças de operações especiais em reconhecimentos especiais e acções directas.
Felino 2001	Portugal	LIVEX	- Angola: 14 - Brasil: 2 - Cabo Verde: 14 - Guiné: 14 - Moçambique: 12 - Portugal: 270 - ST Príncipe: 12	Período: 17 a 29 de Outubro Exercício com a finalidade de - Aperfeiçoar capacidades de resposta militar das Forças de Operações Especiais e de apoio dos Ramos em operações conjuntas e combinadas.
Felino 2002	Brasil	LIVEX	- Angola: 2 - Brasil: Bat - Cabo Verde: 12 - Guiné: 12 - Moçambique: 12 - Portugal: 13 - ST Príncipe: 12	Período: 27 de Outubro a 10 de Novembro Exercício com a finalidade de: - Preparar unidades militares para a participação em operações humanitárias e de manutenção de paz; - Adestrar um comando multinacional; harmonizar conceitos, terminologias e documentação de ordem doutrinárias.
Felino 2003	Moçambique	CPX	- Angola: 3 - Brasil: 2 - Cabo Verde: 2 - Guiné: 2 - Moçambique: (?) - Portugal: 2 - ST Príncipe: 2 - Timor-Leste: 1 (observador)	Período: de 24 a 28 de Novembro Exercício que se desenvolveu sob a forma de CPX, com a finalidade de: - Aperfeiçoar capacidades de resposta de um Estado-Maior e Comando de uma Força Conjunta e Combinada de escalão Batalhão em missões de apoio à paz e ajuda humanitária numa situação de crise.
Felino 2004	Angola	LIVEX	- Angola: 700 - Brasil: 2 - Cabo Verde: 22 - Guiné: 20 - Moçambique: 20 - Portugal: 20 - ST Príncipe: 20 - Timor-Leste: 2	Período: 12 a 26 de Outubro. Objectivos Principais: - Treinar o planeamento, organização e a condução de operações no quadro de apoio à paz e ajuda humanitária; - Estabelecer e harmonizar terminologias e conceitos de ordem doutrinária; - Testar através do estabelecimento de treino cruzado a interoperabilidade de meios; - Proporcionar treino operacional em ambiente de operações de apoio à paz.
Felino 2005	Cabo Verde	CPX	- Angola: 3 - Brasil: 4 - Cabo Verde: 11 - Guiné: 2 - Moçambique: 2 - Portugal: 8 - ST Príncipe: 1 - Timor-Leste: 2	Período: 24 a 28 de Outubro Objectivos Principais: - Aperfeiçoar a preparação dos oficiais do EM das FFAA dos estados-membros da CPLP nas operações conjuntas e combinadas em situação de crise, guerra não convencional, em operações de ajuda humanitária e apoio à manutenção da paz.



Ano	Local	Tipo	Pessoal Participante	Síntese
Felino 2006	Brasil	LIVEX	- Angola: 24 - Brasil: 833 - Cabo Verde: 20 - Guiné: 20 - Moçambique: 20 - Portugal: 22 - ST Príncipe: 23 - Timor-Leste: 0	Período: 06 a 15 de Outubro Objectivos Principais: - Troca de experiências, relativas a técnicas e procedimentos em OAP, e o treino de procedimentos de EM de Batalhão Multinacional de Países da CPLP; - Contribuição para a criação de condições para que no futuro, possam ser desenvolvidas capacidades militares combinadas em missões de apoio à paz.
Felino 2007	S. Tomé e Príncipe	CPX	- Angola: 3 - Brasil: 5 - Cabo Verde: 3 - Guiné: 3 - Moçambique: 2 - Portugal: 17 - ST Príncipe: 9 - Timor-Leste: 2	Período: 22 a 26 de Outubro Objectivos Principais: - Treinar o planeamento, organização, conduta e o controlo em OAP e de ajuda humanitária, no quadro da actuação e resposta a uma situação de crise ou de conflito no âmbito das FA's dos estados-membros da CPLP; - Organizar e exercitar o comando de uma unidade de escalão Batalhão; - Estabelecer e manter o fluxo de informação entre escalões; - Estabelecer e harmonizar conceitos, terminologias e documentação - Testar os procedimentos de comando e controlo das operações.
Felino 2008	Portugal	LIVEX	- Angola: 20 - Brasil: 21 - Cabo Verde: 20 - Guiné: 21 - Moçambique: 20 - Portugal: 341 - ST Príncipe: 20 - Timor-Leste: 21	Período: 15 a 24 de Setembro Objectivos Principais: - Treinar a organização, o planeamento, a conduta e o controlo de OAP e de Ajuda Humanitária no quadro da actuação e resposta a uma situação de crise; - Organizar e exercitar o Comando Operacional de uma Força Tarefa Conjunta e Combinada Multinacional da CPLP; - Activar um Centro de Operações para uma Força Tarefa da CPLP, projectado numa Área de Operações Conjunta, com ligação aos EMGFA dos Países da CPLP; - Dar início ao processo de constituição de um Grupo de Trabalho, para harmonização de Conceitos, Procedimentos Operacionais, Táticas e Técnicas; - Testar os procedimentos de Comando e Controlo das Operações
Felino 2009	Moçambique	CPX	- Angola: 5 - Brasil: 9 - Cabo Verde: 2 - Guiné: 0 - Moçambique: 32 - Portugal: 14 - ST Príncipe: 2 - Timor-Leste: 2	Período: 24 a 28 de Agosto Objectivos Principais: - Treinar a organização, o planeamento, a conduta e o controlo de uma OAP e de AH, no quadro da actuação e resposta a uma situação de crise; - Organizar e exercitar o Comando Operacional de uma FTCC da CPLP; - Testar os procedimentos de Comando e Controlo das Operações no âmbito da CPLP.

Fonte: SPA